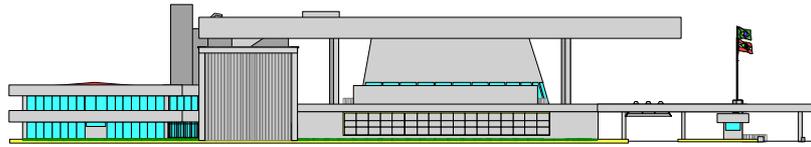


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LII

FLORIANÓPOLIS, 24 DE SETEMBRO DE 2003

NÚMERO 5.169

15ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Volnei Morastoni
PRESIDENTE

Onofre Santo Agostini
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves de Souza
2º VICE-PRESIDENTE

Romildo Titon
1º SECRETÁRIO

Altair Guidi
2º SECRETÁRIO

Sergio Godinho
3º SECRETÁRIO

Francisco de Assis
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Joares Ponticelli

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Rogério Mendonça

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL
Líder: Antônio Ceron

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Afrânio Boppré

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Jorginho Mello

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO LIBERAL
Líder: Odete de Jesus

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

João Paulo Kleinubing - Presidente
Herneus de Nadal - Vice Presidente
Júlio Garcia
Celestino Secco
Paulo Eccel
Joares Ponticelli
Afrânio Boppré
Ronaldo Benedet
Jorginho Mello
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Antônio Ceron - Presidente
Dionei Walter da Silva - Vice Presidente
Wilson Vieira
Rogério Mendonça
Manoel Mota
Antônio Carlos Vieira
Jorginho Mello
Reno Caramori
Nelson Goetten de Lima
Quartas-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Mauro Mariani - Presidente
Valmir Comin - Vice Presidente
Pedro Baldissera
Dionei Walter da Silva
Reno Caramori
Narcizo Parisotto
João Rodrigues
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Odete de Jesus - Presidente
Dionei Walter da Silva - Vice Presidente
Ana Paula Lima
Mauro Mariani
Nilson Nelson Machado
Lício Mauro da Silveira
João Paulo Kleinubing
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

João Rodrigues - Presidente
Wilson Vieira - Vice Presidente
Dionei Walter da Silva
Ronaldo Benedet
Narcizo Parisotto
Nilson Nelson Machado
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Valmir Comin
Luiz Eduardo Cherem - Vice Presidente
Nilson Nelson Machado
Júlio Garcia
Ana Paula Lima
José Paulo Serafim
Genésio Goulart
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Wilson Vieira - Vice Presidente
Antônio Carlos Vieira
José Paulo Serafim
Manoel Mota
Odete de Jesus
Júlio Garcia

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Paulo Eccel - Presidente
Lício Mauro da Silveira - Vice Presidente
Celestino Secco
Afrânio Boppré
Simone Schramm
Nelson Goetten de Lima
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Luiz Eduardo Cherem - Presidente
Antônio Ceron - Vice Presidente
Ana Paula Lima
José Paulo Serafim
Celestino Secco
Simone Schramm
Valmir Comin
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Genésio Goulart - Presidente
Celestino Secco - Vice Presidente
Lício Mauro da Silveira
José Paulo Serafim
Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Antônio Ceron
Terças-feiras, às 10:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Valmir Comin - Presidente
Afrânio Boppré - Vice Presidente
Antônio Carlos Vieira
Paulo Eccel
Herneus de Nadal
Luiz Eduardo Cherem
João Paulo Kleinubing
Quartas-feiras às 8:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO E DO MERCOSUL

Celestino Secco
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Pedro Baldissera
Afrânio Boppré
Rogério Mendonça
Luiz Eduardo Cherem
Cesar Souza
Terças-Feiras, às 18:00 horas

DEPARTAMENTO PARLAMENTAR	DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA EXPEDIENTE	ÍNDICE
<p>Divisão de Anais: responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição. Diretor: Eder de Quadra Salgado</p> <p>Divisão de Taquigrafia: responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões. Diretora: Maria Salette de Bem Urban</p> <p>Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos: responsável pela impressão. Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron</p>	 <p>Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XII - NÚMERO 1507 1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS</p>	<p>Plenário Ata da 073ª Sessão Ordinária 1ª sessão Legislativa da realizada em 24/09/20032 Ata 027ª da Sessão Solene 1ª sessão Legislativa da realizada em 24/09/200319</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa25</p> <p>Publicações Diversas Portarias25 Projetos de Lei25 Redações Finais28</p>

PLENÁRIO

ATA DA 073ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA

EM 24 DE SETEMBRO DE 2003

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Afrânio Boppré - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Celestino Secco - Cesar Sousa - Clésio Salvaro - Dionei Walter da Silva - Djalma Berger - Eduardo Cherem - Francisco de Assis - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Paulo Klenübing - João Rodrigues - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Júlio Garcia - Lício Silveira - Manoel Mota - Mauro Mariani - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Eccel - Pedro Baldissera - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sérgio Godinho - Simone Schramm - Valmir Comin - Volnei Morastoni - Wilson Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário, Deputado Romildo Titon, que proceda à leitura das atas das sessão anterior.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos Srs. Deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. Presidente, queremos, com muito pesar, registrar o falecimento de um ex-Deputado Constituinte da Constituição de 1947, que faleceu esta semana no Município de Indaial.

Como é praxe desta Casa, solicitamos à Mesa que envie votos de pesar deste Poder à sua família, pois foi um Deputado muito atuante nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Esta Presidência encaminha a solicitação do Sr. Deputado Onofre Santo Agostini, para que se faça o encaminhamento.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Valmir Comin.

(Pausa)

Com a ausência do Sr. Deputado Valmir Comin, com a palavra a próxima oradora inscrita, Deputada Ana Paula Lima.

(Pausa)

Na ausência da Sra. Deputada Ana Paula Lima, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, visitantes que nos honram com a sua presença na sessão desta tarde que acreditamos que será boa para a grande maioria.

Gostaria aqui de poder trazer um pouquinho daquilo que é o sentimento do Governo do Estado de Santa Catarina. O Governador Luiz Henrique da Silveira e o vice-Governador Eduardo Pinho Moreira fizeram um trabalho, juntamente com a equipe financeira, no sentido de buscar o que poderiam fazer pelo servidor público no Estado de Santa Catarina.

Sabemos perfeitamente o que fez em Joinville como Prefeito daquela cidade. Recebeu 80% da votação pela sua forma de agir, pela sua postura e pela sua palavra. Por isso, recebeu 80% da votação quando candidato ao Governo no primeiro e no segundo turno, principalmente no segundo turno.

Fazendo este estudo, concluiu-se que o que ele pôde dar aos servidores públicos em geral foi um aumento pequeno, é verdade, de 1%, mais um abono de R\$ 100,00 e, para quem está na sala de aula, mais R\$ 50,00, perfazendo total de R\$150,00. Claro que não é muito, mas é a forma que o Governo encontrou para buscar atenuar essa diferença que é de 70 vezes, para que haja um equilíbrio no Estado de Santa Catarina.

Nós não podemos...
(Manifestação das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) (Faz soar a campainha) - Solicitamos a compreensão dos nossos ilustres visitantes, para que a sessão possa correr dentro da normalidade. Fazemos este apelo a todos os ilustres visitantes, para que o orador possa se manifestar democraticamente, haja vista que esta Casa é democrática e se sente muito honrada com a presença de vocês.

Faço este apelo, acima de tudo, para que o educador, o professor demonstre, como tem feito até agora, o grande espírito democrático que tem tido até o presente momento.

Por isso, faço um apelo para que tenham respeito a esta Casa, a fim de que o orador possa fazer uso da palavra.

Continua com a palavra o Deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Obrigado, Sr. Presidente, obrigado àquelas pessoas que estão nos acompanhando na tarde de hoje.

Então, o que é que o Governo pretende fazer? Reduzir, diminuir essa diferença daqueles que ganham um salário quase milionário com aqueles que iniciam ganhando R\$355,00. Não é justo dar um salário linear para quem ganha um pouco mais de R\$20 mil e para quem ganha R\$350,00 apenas R\$80,00! Isso não é justo! Por isso, não temos medo, temos coragem de vir aqui.

Agora, as pessoas que ganham bem e que defendem diferente têm o direito de lutar, de esperar, mas este Parlamento vai lutar para buscar uma saída alternativa, para que tenham um salário mais equilibrado, não de 70 vezes mais um salário equilibrado, para que aquele que ganha menos também seja contemplado, seja valorizado. É isso que o Governo de Santa Catarina quer.

A Polícia Militar fez um trabalho gigantesco, assim como a Polícia Civil e a Segurança Pública, buscando alternativas para que fosse aprovado um projeto que contemplasse de uma forma digna. E o Governo encaminhou a esta Casa um projeto criando uma Comissão para poder discutir com os setores da Educação, da Saúde, buscando uma alternativa que seja boa para todos os servidores e segmentos.

O Governo quer discutir com os segmentos, para buscar o que tiver de melhor e não apenas dar um salário milionário para quem ganha bem e praticamente nada para quem ganha pouco.

Não podemos concordar com isso.

Srs. Presidente e Srs. Deputados, no Acre não haverá reajuste para os servidores, assim como também no Ceará.

No Distrito Federal haverá um aumento de 1% mais um abono de 59.87% e no Mato Grosso do Sul estão discutindo uma política salarial para 2004.

Em Minas Gerais não haverá aumento. Vai ser discutido em 2004. No Paraná, não haverá reajuste ao funcionalismo público. No Rio de Janeiro, não haverá reajuste aos servidores públicos. No Rio Grande do Sul, não haverá reajuste ao servidor público. Em São Paulo, não haverá reajuste ao servidor público. Em

Tocantins, não haverá reajuste ao servidor público. E o Governo Federal concedeu aumento de 1%, que é o que podia dar e mais um abono de R\$59,00.

Isso significa que estamos vivendo um momento de muita reflexão na nossa economia. Mas, o Governo do Estado de Santa Catarina quer contribuir, e espero que este Parlamento traga as alternativas no dia de hoje.

Esta é uma Casa democrática, aqui podem fazer os movimentos, podem vaiar e aplaudir. O que não podem é desrespeitar o Parlamentar. Isso não podem, em lugar algum do mundo!

Enquanto aos movimentos foram tranquilos, serenos, não tem problema, porque lutamos pela democracia, por aquilo que os servidores não podiam defender, o seu direito! Temos muitos amigos que hoje desapareceram no período da ditadura.

Lutamos para este momento, para que o servidor, para que a imprensa possam buscar o sentimento e falar, reivindicar, lutar, buscar alternativa para que é bom para Santa Catarina!

(Manifestações das galerias.)

Meu caro Presidente, vim do interior, de família humilde, fui agricultor e caminhoneiro por muito tempo, mas o sentimento que tenho no meu coração é de ajudar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Herneus de Nadal, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. Presidente e Srs. Deputados, servidores públicos presentes nesta tarde aqui no Parlamento.

Esta é a Casa do Povo, e por isso as discussões quando extremamente complexa, como a desta tarde, fazem com que a sociedade organizada, através de seus sindicatos e todos os seus segmentos, possa se fazer aqui presente e manifestar, de uma forma livre, aberta, democrática, a sua opinião, o seu ponto de vista, o seu convencimento acerca das matérias.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós temos nesta Casa dois projetos salariais para serem deliberados. Um deles concede abono de R\$100,00 para todos os servidores, ativos e inativos, que percebem até R\$6 mil por mês, e mais R\$50,00 para o professor que está na sala de aula, por 40 horas.

(Manifestações das galerias.)

Esse projeto, Srs. Deputados, atende, a meu modesto modo de ver, um grande contingente, ou seja, 44 mil servidores do Magistério que percebem menos de R\$1 mil, e serão beneficiados através desse mecanismo.

(Manifestações das galerias.)

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, quando dos nossos roteiros pelas várias regiões, pelas várias partes do nosso Estado, recebemos o apelo para que votássemos e aprovássemos esse projeto, que vai colocar na conta do servidor, se aprovado no dia de hoje, R\$150,00 referente ao mês de agosto e R\$150,00 ao mês de setembro, o que vai dar R\$300,00 na conta do servidor público.

(Manifestações das galerias.)

E juntos, Srs. Deputados, com esse projeto que está aqui, com o projeto que concede o abono, nós temos mais uma proposta governamental, que concede um reajuste linear e simbólico, é verdade, de 1% para todo o servidor público.

Esse reajuste, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é para cumprir um imperativo constitucional, para depois, isso precisa ser dito e registrado, a exemplo da Segurança Pública, que discutiu durante seis, sete, oito meses o projeto salarial que vai lhe proporcionar de 25% a 95% de reajuste, e que está na fila de espera.

E nós queremos o Magistério também fazendo a sua revisão setorial.

(Manifestações das galerias.)

Nós não queremos agir de uma forma simplista, concedendo INPC de quase 20% para todas as categorias, de acordo com as propostas que estão tramitando, e são, é verdade, de livre iniciativa política dos Srs. Deputados, o que nós reconhecemos.

No entanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, se essa proposta, concedendo aumento linear para todos os servidores, for acatada nesta Casa, inviabiliza qualquer ajuste setorial porque não tem dinheiro. E, além de não ter dinheiro, nós vamos encontrar um outro parâmetro de ordem legal, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por isso mesmo que assumo à tribuna para dizer que temos boa vontade, temos disposição, mas, no entanto, encontramos óbice, encontramos extrema dificuldade pela precariedade da situação que se encontra as finanças do Tesouro do Estado, e também, como disse, o limitador que estabelece um parâmetro de ordem legal.

Nós estamos aqui, Srs. Deputados, para discutir com todas as categorias, a exemplo de como me referia há alguns instantes, da própria Segurança Pública, mas também da Secretaria da Saúde do Estado, que já tem uma comissão mista nomeada para tratar de um projeto salarial a longo prazo e não a curto prazo.

Nós não podemos, a cada ano, voltar a discutir o assunto sobre reposições. Precisamos ter uma política salarial eficiente, definitiva para valorizar aqueles que têm funções tão importantes dentro da estrutura do nosso Estado, Deputado Lício Silveira.

O servidor público é importante, e reconhecemos a sua importância. Por isso pretendemos e queremos discutir setorialmente, com cada uma das Secretarias, com o servidor público, as propostas, porque o servidor público é quem faz o elo de ligação entre o Estado e o nosso cidadão.

Por isso que precisa e deve merecer a nossa atenção, o nosso estudo, o nosso cuidado em deliberar junto com os sindicatos, com os segmentos, com as comissões mistas constituídas, para avançarmos, para evoluirmos, para buscarmos condições mínimas, indispensáveis, para que tenhamos um serviço público de qualidade, a fim de que prestigiar e valorizar o serviço público do nosso Estado.

Mas, Srs. Deputados, temos algumas marcas que são extremamente negativas e que o nosso Estado ostenta há muitos e muitos anos. Santa Catarina tem o segundo pior piso salarial do nosso País, e nós não queremos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, oferecer 20%...

O Sr. Deputado Lício Silveira - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Lício Silveira - Gostaria que V.Exa. explicasse o valor do abono porque fala que é para 40 horas semanais. Todavia, os senhores esquecem de dizer aos professores que o regime de 40 horas é de R\$100,00. Nunca dizem "sendo aplicado a proporcionalidade, a por carga horária... Isso significa que boa parte dos professores que não exercem as 40 horas não vão ganhar os R\$100,00, e muito menos vão ganhar os R\$50,00! Isso não é justo! Só gostaria que V.Exa. fizesse essa colocação.

(Manifestações das galerias.)

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Deputado Lício Silveira, ou V.Exa. não está ouvindo ou V.Exa. está mal-intencionado, o que não acredito, porque V.Exa. é um Deputado de boa índole.

Há pouco este Deputado fez a afirmação aqui da tribuna de que o abono de R\$50,00 é para 40 horas. V.Exa. ouviu bem e acompanhou nas Comissões.

Quero dizer que nós só vamos reverter este quadro negativo se tivermos uma política salarial adequada. Agora, se dermos 20% para quem ganha R\$3 mil, não vamos ter um piso melhor, não vamos ter condições mais dignas e mais decentes para quem trabalha no serviço público do nosso Estado, em especial do nosso Magistério.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Joares Ponticelli, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero cumprimentar todos os catarinenses que nos acompanham, que lotam as nossas galerias, e saúdo-os na condição de catarinenses, porque afinal de contas não estamos aqui para discutir a política salarial do Acre, do Rio Grande do Sul, de São Paulo ou de qualquer outro Estado. Nós estamos aqui para discutir a política salarial do servidor de Santa Catarina, porque esta é a Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Quero lembrar, Sr. Presidente, que o Governo tem sido muito eficiente em confundir. Nós estamos aqui discutindo duas coisas distintas. Uma delas é garantida pela Constituição Federal, através da Emenda nº 19, no seu art. 37, que diz o seguinte:

(Passa a ler)

"Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

X - A remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices."

A Constituição Estadual, no seu art. 23, diz o seguinte:

"Art. 23 - A remuneração dos servidores da administração pública de qualquer dos Poderes atenderá ao seguinte:

I - a revisão geral da remuneração, sem distinção de índices entre servidores civis e militares, far-se-á sempre na mesma data;" (...)

Quem está pedindo a revisão não é a Oposição, não é o Sinte e não são os servidores. São as leis maiores deste Estado e deste País que exigem.

(Manifestação das galerias)

E esta revisão tem que ser feita no mês de abril de cada ano, porque assim se processou durante o Governo passado.

No entanto, o atual Governo, ao invés de encaminhar em abril, encaminhou essa proposta para esta Casa no dia 12 de agosto deste ano. E há três semanas nós já estamos prontos para deliberá-la, Deputado Afrânio Boppré, e o Governo, através dos seus, empreendeu manobras para que a votação não ocorresse.

Constantemente o Governo tem dito que não concede um índice maior do que 1%, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal não permite. Quero reafirmar a todos os catarinenses que esta é mais uma mentira deste Governo.

(Manifestações das galerias.)

O Diário Oficial de Santa Catarina, na edição do dia 8 de setembro, página 5, apresenta o demonstrativo de comprometimento: Poder Executivo, 43,81%. Isso está no Diário Oficial, assinado pelo Governo! Quem está mentindo? O Diário Oficial ou os porta-vozes do Governo e o próprio Governador? Contestem a informação do Diário Oficial!

(Manifestação das galerias.)

Não bastassem, Deputado Reno Caramori, as insistentes mentiras pregadas por este Governo, também com relação ao abono salarial, Deputado João Paulo Kleinübing, o Governo tenta confundir a opinião pública e os servidores de Santa Catarina.

Não é verdade que as Oposições não querem votar o abono! Leiam o substitutivo que foi aprovado e que vai ser deliberado daqui a pouco. Nós somos a favor do abono até dezembro e que em janeiro seja incorporado aos salários de todas as categorias. Isto é que está no substitutivo!

(Manifestações das galerias.)

Mas o Governo não quer. O Governo quer manter a política de abonos, como fez, Deputado Wilson Vieira, no Município de Joinville, onde esta prática já é conhecida.

Nós queremos o abono, sim! retroativo a agosto, mas que a partir de janeiro seja incorporado ao salário de todas as categorias. E queremos mais. E é aí que eu não consigo entender o servidor público (e aqui vejo alguns democraticamente se manifestando) dizendo: "Olha, eu não quero as perdas de 19%, eu só quero 1%". Eu nunca vi um negócio destes!

(Manifestações das galerias)

Certamente, os que estão aqui, Deputado Afrânio Boppré, dizendo que não querem 19%, mas apenas 1%, esses (até porque identifiquei vários) são muitos daqueles do famoso cabide de empregos das Secretarias Regionais, Deputado Nelson Goetten, com salários que vão de R\$2 mil a R\$6 mil!

(Manifestações das galerias)

É verdade que no Magistério não existem altos salários, mas nos cabides de empregos, nas Secretarias Regionais têm! E salários que variam de R\$2 mil a R\$6 mil! E eu vi muitos deles aqui, inclusive da minha região. E o que é pior, já trabalham só meio período e estão gazeando o trabalho agora! Estão gazeando! Esses estão aqui: trabalham meio período, ganham salário inteiro de R\$2 mil a R\$6 mil e estão gazeando o trabalho! enquanto os professores e as demais categorias vão perder uma reposição salarial que deveria ser de 19%!

(Manifestações das galerias)

Eles dizem que depois acertam na política setorial. Uma coisa é política setorial e outra coisa é revisão anual de salário! E eu quero lembrar aos servidores efetivos como eu que em 1995 esse mesmo discurso foi feito aqui, quando o ex-Governador Paulo Afonso trocou a reposição por 2,63%, dizendo que nos anos seguintes iria acertar. Sabe o que deu nos anos seguintes? Trinta e cinco meses de salários atrasados! E no último ano, três meses sem salário!

(Palmas das galerias)

Esta prática é conhecida, só mudou o bigode. O *modus operandi* do Governo é o mesmo! A única diferença é o bigode.

Eu espero que esta Casa, com a serenidade, com a responsabilidade de cada Parlamentar, especialmente os da Situação... E quando o Governo passado enviou para cá o projeto de reposição no valor de 28,5%, disseram que aquilo era miséria, consórcio da miséria! O que é 1%, então?!

(Manifestação das galerias)

O problema é que este Governo tem outras prioridades: cabides nas Regionais e palácios para o Governante! Esta é a diferença!

(Palmas das galerias)

Por isso a nossa indignação; por isso vamos continuar firmes; por isso nós vamos lutar e combater o bom combate até a última hora! Não pelo Acre, Deputado Manoel Mota, mas pelos catarinenses, pelo nosso professor e pelo nosso servidor.

Não vamos esmorecer e daqui a pouco o placar vai ser aberto e cada um de nós, norteado pela sua consciência, vai colocar o seu voto claramente e a história vai mostrar o que cada um vai receber com o voto que der, na tarde de hoje.

Muito obrigado!

(Manifestações das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o Sr. Deputado Ronaldo Benedit, por até seis minutos.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. Presidente e Srs. Deputados, muito mais do que um momento acalorado por vaias e aplausos, é um momento de reflexão para quem tem a responsabilidade de gerir o Estado e de levar adiante, e a bom cabo, uma administração.

Os políticos, sejam eles executivos ou Legisladores, devem ter a responsabilidade de administrar bem um País, um Estado, um Município.

O momento político que vive o nosso País, de mudanças na Constituição e com a reforma tributária, obrigou um Presidente diferente, arrojado, revolucionário, como é o Presidente Lula, a dar 1% e mais R\$58,00 ou R\$59,00 de abono. E não porque ele quer, mas porque as circunstâncias, o momento de dificuldade do País e as mudanças constitucionais tornam insegura a gestão do Estado.

Muito pior do que conceder um pequeno aumento, que todos nós gostaríamos que fosse mais elevado, é não pagar os salários prometidos ou polpudos e dar alegria no começo e dar infelicidade mais adiante.

É preciso ter responsabilidade de gerir bem o Estado. E temos que fazer com que neste Estado, principalmente, cumpra-se o compromisso do Governador Luiz Henrique e Eduardo Pinho Moreira, que é o de fazer justiça com algumas categorias que ganham muito pouco.

(Manifestação das galerias)

Sei que alguns nos vão talvez pelas circunstâncias, pelo momento, pela força corporativa. Mas temos que entender que estamos começando um Governo. E é preciso saber da responsabilidade de ter que pagar a folha de pagamento em dia. E esse é um compromisso do Governo Luiz Henrique, que não vai querer ficar engessado daqui a pouco, porque o Estado de Santa Catarina não somos só nós aqui. Se fosse assim, era fácil dar não somente 19, mas 30, 40, 50% de aumento, porque os servidores merecem.

O Estado de Santa Catarina é constituído também por pessoas que moram no interior e por cidades que, ao longo de cem anos, nunca viram a presença do Governo. E essas pessoas nunca viram um só centavo do Governo do Estado, porque não recebem salário.

(Vaias das galerias)

Talvez os apitos sejam para apagar a voz de quem fala a verdade. E dói o ouvido daqueles que não querem ouvir, porque esta, infelizmente, está sendo uma luta daqueles que querem defender os tempos das oligarquias.

Nós queremos a recuperação salarial dos servidores, principalmente dos da Educação, que são injustiçados. Como disse o Deputado Herneus de Nadal, temos o segundo menor salário em Educação no Brasil. E por que esses que falam aqui hoje não resolveram nos quatro anos passados?

(Manifestação das galerias)

Por que o arrocho salarial aos servidores durante quatro anos?

(Manifestação das galerias)

Por que, sob uma argumentação de salários atrasados, ficaram dois anos e sete meses sem dar aumento para os servidores? Como Líder da Bancada...

(Manifestação das galerias)

Como Líder da Bancada tive que fazer e conduzir a Oposição a uma greve de não votar nada nesta Casa, enquanto o Governo passado não recebesse os servidores para o diálogo. Nem dialogar eles queriam, no Governo passado.

(Manifestação das galerias)

Deputado Joares Ponticelli, V.Exa. tem que lembrar bem. Não pode pregar uma coisa e fazer outra.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar V.Exa., Deputado Ronaldo Benedit, e dizer que as pessoas têm pouca imaginação, como as pessoas têm memória curta.

(Manifestação das galerias)

É o seguinte: ficaram dois anos e meio no Governo e não deram um centavo de aumento. Agora têm coragem de dizer que o nosso Governo é mentiroso.

(Manifestação das galerias)

Mentiroso é o Deputado Joares Ponticelli, que era Líder dessa Bancada. Eles estão mentindo.

(Manifestação das galerias)

Então, é muito fácil vir aqui com demagogia.

(Manifestação das galerias)

É preciso ter responsabilidade. E querem fazer com que o servidor público de Santa Catarina se orgulhe do...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - V.Exa. dispõe de mais 30 segundos para concluir seu pronunciamento, Deputado.

O Sr. Deputado Genésio Goulart - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Pois não!

O Sr. Deputado Genésio Goulart - Gostaria de saudar o nobre Deputado, todos os presentes e dizer que realmente é muito fácil ser Oposição e ficar criticando o Governo atual, esquecendo do passado.

(Manifestação das galerias)

É muito simples, sim. É bom lembrar do passado, é bom lembrar do que fizeram. É muito fácil fazer demagogia, sim. Mas é bom lembrar do passado, também, de como é que foi tratado o servidor público no passado.

O nosso Governo quer justiça e um salário igual para todos. O Governador Luiz Henrique tem essa proposta que nós fomos...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

(Manifestação das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao Partido Liberal.

Com a palavra a Deputada Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, colegas de profissão, imprensa falada, escrita e televisada, é com prazer que uso o horário do meu Partido. Quero destacar inicialmente a visita de uma pessoa muito honrada e que me alegrou muito, que é a presença do Vereador Ismael dos Santos, de Blumenau, recentemente filiado ao Partido Liberal e candidatíssimo à Prefeitura de Blumenau.

Senhores, hoje é um marco histórico para o funcionalismo público de Santa Catarina. A platéia da Assembléia Legislativa nunca ficou tão lotada, florida, onde pela primeira vez começa um Governo a ter a ousadia de dar um pouquinho mais à classe menos remunerada.

(Manifestação das galerias)

Eu sou consciente que é pouco, mas, como disse anteriormente, é a primeira atitude de olhar as distorções salariais do nosso Estado, onde o menor salário é infinitamente inferior ao maior.

Por isso, a partir de hoje serei uma fiscalizadora. Estarei de plantão, cobrando. Este é o compromisso desta Deputada, professora, educadora, mãe e responsável por aquele voto que me foi confiado nas urnas.

Estarei atenta para que o novo Plano de Cargos e Salários e Carreira do Magistério, com previsão de conclusão para seis meses, seja concluído.

Também, eu não poderia deixar de olhar para o grande sonho do professor, porque nós em sala de aula já gememos muito.

Somos favoráveis e estarei atenta para o envio do projeto de lei a esta Casa, com relação ao aumento do percentual da gratificação do incentivo à regência de classe. Nós queremos que o professor habilitado seja honrado.

Eu não dormiria tranqüila, em paz, sabendo que as pensionistas do Ipsc recebem salários altíssimos e os demais funcionários também ganhando até mais do que o Governador. Eu não admitiria, não é justo, de maneira alguma. Eu não admito.

Por isso, a proposta do Partido Liberal é a luta pelo bem comum. Ou seja, por uma sociedade mais justa, igualitária, participativa, contra as desigualdades sociais. Somos pela inclusão social.

Por isso, uma de nossas prioridades é a Educação. E estarei depositando o meu voto favorável à proposta governamental.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra o Deputado Sérgio Godinho.

O SR. DEPUTADO SERGINHO GODINHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, caros amigos visitantes, gostaria de pedir, apenas para contribuir para esse momento magnífico, com a participação de todos aqui que representam o segmento dos professores, dos funcionários públicos, que escutassem uma grade que fizemos e que vou ler.

Eu sei que não vai agradar a todos, mas é importante escutar para depois avaliarem e ficarem do lado que acharem melhor, em termos de ponto de vista de compreensão.

Um professor que ganha hoje R\$355,09, vai passar a ganhar R\$509,45 e vai ter 43,14% de aumento;

Um professor que ganha R\$418,81, passará a ganhar 572,99, tendo um aumento de 36,81%;

Um professor que ganha R\$579,96, vai ter um aumento de 26,86%;

Um professor que ganha R\$682,48, vai ter um aumento de 22,97%;

Um professor que ganha R\$803,12, vai ter um aumento de 18,92%;

Um professor que tem um salário de R\$1.025,22, vai ter um aumento de 15,63%.

Gostaria de concluir dizendo que o Governo vai criar o quadro administrativo das escolas da rede pública para ser provido através de concurso público os cargos de secretário, secretária de escola, bibliotecário, bibliotecária, auxiliar de biblioteca, auxiliar de laboratório de informática, auxiliar administrativo, auxiliar pedagógico, zeladora e zelador.

Nessa mesma lei será vedado o afastamento do professor efetivo da sala de aula para ocupar qualquer dos cargos acima citado, com isso diminuindo a necessidade de admissão de pessoal em caráter temporário, que na sua grande maioria não é habilitado.

O referido projeto de lei será encaminhado a essa Casa até fevereiro de 2004, será realizado a segunda chamada do concurso de ingresso de 2002 para professores do ensino especial até o final deste ano, será realizada a primeira chamada do concurso para professores que atuaram nas escolas indígenas até fevereiro de 2004, será realizada a terceira chamada do concurso de 2001 para o cargo de professor até fevereiro de 2004, será realizado o progresso funcional vertical seletivo, devido aos servidores desde setembro de 2002.

Será constituída uma comissão de oito pessoas, sendo quatro representantes do Governo do Estado e quatro do Sinte, para elaborar o Plano de Carreira dos Funcionários. Será feita essa comissão mista constituída por oito membros, sendo quatro representantes do Governo e quatro pessoas indicadas pelo Sinte, para a elaboração de um novo Plano de Cargos, Carreira e Salários para o Magistério, com previsão para conclusão em quatro meses.

Será enviado esse projeto de lei à Assembléia Legislativa para o aumento de, no mínimo, 20% do percentual de gratificação de incentivo à regência de classe.

Obrigado pela atenção. Gostaria que analisassem se isso é bom ou ruim.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o Deputado Jorginho Mello, por oito minutos.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero, em poucos minutos, até em respeito a todos os professores, a todos os educadores que aqui estão, fazer algumas considerações.

Não é de hoje que a classe do Magistério, educadora de verdade, clama, luta, de forma organizada, para melhorar a sua condição de professor efetivamente.

Em Santa Catarina, quase 50% dos 24 mil professores não estão na sala de aula. Este é um dado preocupante. Contrata-se 24 mil ACTs, mas todo ano é aquela confusão: demite-se, recontrata-se, briga-se.

É chegada a hora, Srs. Deputados, de as pessoas que aqui estão terem consciência da sua situação, até porque são educadores, e não é uma via a mais, um apito a mais que vai mudar alguma coisa, a não ser pela conquista, por um trabalho organizado. Sentar numa comissão desarmado - Sinte, segmento, Governo - e produzir, a exemplo do que foi feito pela Secretaria de Segurança Pública. Não podem pensar que vão ter um novo plano de cargos e salários que vai contemplar tudo. Claro que não! Mas procurar, dentro do possível, conquistar, melhorar alguma coisa.

O Governo Federal, hoje, é administrado por um trabalhador que muitas vezes... Eu até pergunto, com todo o respeito, à Bancada do PT de Santa Catarina, ao seu Líder, Deputado Afrânio Boppré, o seguinte: se o PT de Santa Catarina é um e o PT de Brasília é outro, por que em Brasília foi dado 1% de aumento mais R\$ 58,00 de abono e aqui foi dado 1% de aumento mais R\$ 100, mais R\$ 50? É por isso que em política nós precisamos saber o que falamos, porque tem um ditado que diz que a língua é o chicote da bunda. Pelo que falamos, hoje, amanhã seremos cobrados.

Por isso, Srs. Deputados, o PSDB está aqui com os seus cinco Deputados, com muita responsabilidade, até responsabilidade de ser governo. Porque ser governo só na hora do bonus é uma coisa, na hora do aplauso é outra coisa. Nós somos governo, vamos votar na proposta original do Governo, sem demagogia, sem irresponsabilidade, reafirmando que o professor ganha muito pouco. Mas não é com berros, com gritos, com pressão que se vai resolver alguma coisa, temos que nos sentar à mesa desarmados, aproveitar a oportunidade do Governo para construir e melhorar alguma coisa.

Vocês poderiam estar na sua casa, na escola, mas vieram para cá uma, duas vezes, um foi dispensado, outro não foi dispensado, infelizmente. Agora, desde o primeiro momento sempre disse - e quem está aqui me ouviu dizer na Comissão de Finanças, não sei fazer teatro e agüento tudo aquilo que falo - que como nada tinha evoluído, o que dava para dar era isso, e é o que vai ser dado. Podem ter certeza que terão a nossa participação, o nosso entusiasmo para, junto com vocês, professores, com aquele que está com a conta atrasada, com aquele que tem dificuldade em manter seu filho numa outra escola, ajudá-los.

O Sr. Deputado Eduardo Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Pois não!

O Sr. Deputado Eduardo Cherem - Deputado Jorginho Mello, nós, que estivemos reunidos há pouco tempo para fazermos um encaminhamento, apesar da nossa posição ter sido clara desde o início, confessamos que estamos angustiados com esse projeto desde o momento que entrou nesta Casa.

Eu, que sou Deputado de primeiro mandato, quero perguntar a alguns Deputados mais antigos, que fizeram parte do Governo passado ou mesmo que não fizeram, se há três, quatro anos eles tiveram a chance de serem vaiados ou aplaudidos nesta Casa.

Eu acho que não, porque nos dois primeiros anos não veio nenhum projeto de reajuste nem abono para esta Casa.

Eu não tenho dúvida, Deputado Jorginho Mello, que, com certeza, não é aquilo que todos nós gostaríamos de propor ao funcionário público, mas é aquilo podemos dar no atual momento. E quem conhece a vida política do Governador Luiz Henrique da Silveira, do vice-Governador Eduardo Pinho Moreira e do nosso Líder de governo, que tão bem conduziu as negociações desta Casa, não tem dúvida de que vamos, com certeza, transformar o salário não só dos professores, mas de todos os funcionários públicos de Santa Catarina, no final do nosso mandato, num dos melhores salários do Estado e do País.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Quero incorporar a manifestação do Deputado Eduardo Cherem ao meu pronunciamento e quero, por uma questão de justiça, cumprimentar o Deputado Herneus de Nadal pelo esforço que fez, pela postura, pelas conversas que tivemos. Enfim, nós já recebemos, nesta Casa, muitos aplausos e muitas vezes vaias, mas isso faz parte do Poder, do processo democrático. E podem ter certeza absoluta de que a Bancada do PSDB, falo em nome dos cinco Deputados, vai votar com a proposta original do Governo e continua respeitando os educadores de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL, por 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaria de, ao assomar à tribuna desta Casa, nesta tarde, aproveitar para cumprimentar todos os professores e servidores que estão aqui presentes.

Democraticamente, venho aqui defender o meu ponto de vista, aproveitando a oportunidade para dizer a cada um de vocês que somos a Casa do povo e somos representantes do povo e do servidor de Santa Catarina.

Divergimos em nossas posições porque democraticamente podemos e devemos decidir de acordo com a decisão soberana das Bancadas ou a opinião particular do Parlamentar. E hoje viemos aqui cumprir com o nosso papel de Oposição. As urnas elegeram um grupo de Parlamentares para apoiar o Governo e defender as suas ações, dando a outros Parlamentares a oportunidade de fazer oposição e de fazer também a fiscalização. É assim que funciona.

E quando começamos a debater o assunto da reposição salarial, tivemos ciência, é lógico, de que é um assunto de extrema preocupação para todos nós, porque também já estivemos do outro lado, que é o lado do Governo.

Nós sabemos da dificuldade que é governar e, principalmente, governar o nosso Estado e os interesses de Santa Catarina. É lógico que sim!

Mas para podermos fazer uma análise mais profunda sobre o momento político-administrativo do Estado e do servidor fomos fazer primeiro uma avaliação sobre os 17 meses de espera por uma reposição salarial ao servidor.

Essa reposição não foi inventada. Ela foi determinada pelo instituto chamado Constituição. Então, levantando essa situação e analisando, nesses 17 meses, o que significaram os aumentos de energia para o servidor na perda do poder aquisitivo; o que significou o aumento de gás, de combustível, de telefone, do alimento, o aumento geral do custo de vida, chega-se a um valor preocupante para quem recebe um salário limitado ao mínimo, ou seja, somar 19% de perda não deixa de ser uma violência.

Mas, de outro lado, para não cometermos injustiça precisamos fazer um levantamento criterioso para saber como é que se comportava a receita do Estado de Santa Catarina. E não podemos ser injustos, não podemos inventar nada nesta Casa, não temos esse direito. E estamos falando com pessoas responsáveis, pessoas de bem, pessoas que também têm a expectativa e a esperança depositada em cada um dos Srs. Parlamentares.

E a hora que levantamos a arrecadação mês a mês, comparando janeiro de 2002 com janeiro de 2003, e assim indo mês a mês, chegamos, então, à arrecadação de janeiro a dezembro de 2002 de R\$1.840.000,00 e de janeiro a julho deste ano a uma receita de R\$2.028.000,00.

Bom, somando essa diferença houve um acréscimo em seis meses na Receita do Estado de Santa Catarina. A receita cresceu R\$440 milhões. Isso é verdade. A receita cresceu com mais um adicional importante, um adicional que agora veio com o Revigorar, adicionando mais 25 milhões de arrecadação/mês para o Estado de Santa Catarina.

Mais do que isso, a reforma tributária está dando a Santa Catarina uma participação no site e também no CPMF, o que coloca Santa Catarina numa posição mais privilegiada, a partir de janeiro, na questão de receita.

Então, baseado nisso e na informação de quando avaliamos, baixou então para 43,51 o comprometimento da receita do Estado com a arrecadação, ou seja, havia uma margem para que pudéssemos reivindicar aquilo que era de direito na Constituição em favor do servidor catarinense.

E aí não estávamos cometendo nenhuma heresia e nem inventando nada. Só estávamos rebuscando aquilo que é de direito legal e assim começamos a debater o assunto da reposição salarial.

O Governo traz para esta Casa um projeto de abono, do qual não tivemos dúvida nenhuma em aceitá-lo. Agora, queremos, sim, que o abono seja agregado ou que se possa, a partir de dezembro até abril, fazer a reposição da perda salarial do servidor.

Era só isso. E nós, em momento algum, determinamos isso. Nós apenas fizemos uma lei autorizativa ao Governo, em que ele tinha que respeitar o princípio maior da lei que é a Constituição, que não poderia nunca gastar mais de 49% na reposição da perda do servidor.

Portanto, sempre respeitando os 49, tendo que repor, automaticamente, a sobra ao servidor, e que isso não passasse de abril de 2004.

Esta foi uma decisão que nós discutimos muito, a fim de chegarmos a esse consenso. E depois de outros debates, com a concordância maior das Bancadas de Oposição, chegamos à decisão de aprovar o abono e pedir à Bancada da Situação, juntamente com o Governo, que nos permitisse agregar, a partir de janeiro, esse abono na folha do salário do servidor. Foi só isso que pedimos, porque assim estávamos oferecendo um pouco mais de tranquilidade ao servidor.

É isso!

E essa foi a nossa decisão! Votamos e aprovamos, mas nada que prejudique o Governo, pois só em seis meses a Receita cresceu R\$440 milhões. É só verificarem mês a mês no Diário Oficial.

Se cresceu R\$440 milhões e o Governo fizer um pouco de ajuste para a diminuição da despesa do Poder Público Estadual, vai ter recursos para fazer essa reposição, que é um direito legal!

Caro Líder Antônio Ceron, ouvi algumas coisas aqui que são obrigadas a ser ditas, com todo o respeito, pois penso que temos de respeitar quem tem posição clara, firme. O Deputado estava firme, tinha a sua posição, a quem, democraticamente, temos que respeitar! Agora, aqueles que até ontem defendiam uma posição contrária, e suspeitamente o Governo os chama para uma conversa e mudam de discurso, esses nós temos aqui que questionar.

Como é que uma pessoa muda tão facilmente de discurso? Como é que o que era certo ontem hoje é errado? Essas pessoas nos surpreendem! Quem tem posição clara tem o meu respeito, porque é um direito que temos que respeitar. Democraticamente, aqui se ganha e aqui se perde. Esse é o processo democrático!

Agora, não podemos aceitar que pessoas que até ontem levantavam uma bandeira dizendo que isso era injusto, hoje vêm aqui defender que é justo esse questionamento!

O vice-Líder, Deputado Eduardo Cherem, vem aqui, de vez em quando, dar estocadas em Companheiros que até ontem estavam juntos no Governo! Até ontem éramos Governo! E ele diz "aqueles que eram Governo". S.Exa. esqueceu, talvez por ser iniciante nesta Casa, mas é bom lembrar que o seu Partido, que fazia parte do Governo, deixou de fazer um pouco mais pelo servidor pelas dificuldades do Estado.

Agora, querer dizer que ficamos 24 meses sem fazer reposição salarial?! Todos sabem que para repor três folhas de salário atrasado é uma judiaria, e leva tempo! Mas, encerrando o Governo Esperidião Amin as reposições estavam todas feitas!

Não houve nenhuma intempérie no Estado, nenhum fato que justificasse a não-continuidade da reposição, porque, ao encerrar o Governo, não ficou folha de salário atrasada, não ficou comprometimento da dívida, além de 13%, que era de Paulo Afonso, de Esperidião Amin e de Luiz Henrique da Silveira, descontado, para pagar a dívida com a União.

Então, não há nenhum fato que justificasse a não-reposição, até porque houve o crescimento de R\$440 milhões de Receita. Essa realidade precisa ser dita aqui; precisamos fazer justiça com a nossa postura.

Agora, não assumir o ônus de quem também já foi Governo, como nós já fomos, seria, no mínimo, infantilidade ou incoerência! Temos que procurar ser o mais responsável possível e, com a postura clara, parar com esse balcão de negócio, porque dizem nos corredores que teve gente que ganhou R\$1,5 milhão para mudar o voto e que outros ganharam R\$500 mil!

Isso envergonha o Parlamento! Isso envergonha os Parlamentares! Isso enoja também quem está fazendo parte dessa votação! Isto é nojento!

(Manifestações das galerias)

Agora, ter posição de voto é um direito! E o Governo tem habilidade suficiente para convencer os Parlamentares através do debate.

Repudiamos acordos esdrúxulos e negociatas. Por pior que seja a posição, desde que seja clara, como a da maioria dos Parlamentares, não esconde o jogo e por isso não vai para o balcão de negócio, não negocia o voto! É isso que nós temos que deixar claro aqui.

O PFL tem sete votos fechados em favor do abono, pois votamos pelo abono porque reconhecemos a importância dele para o servidor que ganha pouco. Nós nunca tivemos uma posição contrária ao abono; nós não mudamos a nossa postura!

Nós temos o direito de trabalhar em defesa do servidor, a não ser que ele não queria, para tentar agregar esse abono no salário dele!

(Manifestações das galerias)

Esse é o direito que cabe a nós, que fizemos oposição, defender os servidores do Estado. Nós temos o dever e a responsabilidade de respeitá-los, tentar aqui cumprir com o nosso papel de Oposição e fazer o melhor, nesta Casa, em favor do servidor catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Deputado Rogério Mendonça, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, professoras e professores, amigos que aqui estão, sem dúvida alguma aqueles Deputados, aquelas pessoas que têm atitudes incoerentes são cobradas por nós e pela população.

Mas, é importante que se veja também a posição de determinados Parlamentares. Até bem pouco tempo atrás eles vinham a esta Casa e diziam que era difícil, que a Receita não se ampliava e que não era possível dar aumento para o funcionalismo público. Hoje, condenam alguns Deputados que, talvez, num determinado momento não tinham conhecimento real dos números, não tinham conhecimento real do que estava acontecendo e da proposta do Governo...

(Manifestações das galerias.)

As acusações que aqui estão sendo feitas contra Parlamentares, mesmo que sejam insinuações, têm que ser provadas. Dizer que alguns Deputados estão recebendo R\$200 mil, R\$1 milhão, isso não se faz, e, principalmente, não se acusa no anonimato. Que diga o Deputado Ronaldo Benedit qual é o Deputado, quem está ganhando esse dinheiro.

(Manifestações das galerias)

A incoerência está na posição de determinadas pessoas.

Nós estávamos aqui também num determinado momento em que o Governo do Estado anterior encaminhou um projeto querendo federalizar ou, melhor dizendo, vender o Banco do Estado de Santa Catarina. Naquele momento as galerias também estavam lotadas e muitos que estavam aqui pediam para que o banco continuasse catarinense.

Nós, Deputado Herneus de Nadal, fomos firmes, coerentes, não aceitamos as argumentações, fomos favoráveis ao Banco do Estado, para que ele continuasse público, continuasse catarinense. E naquela época também havia insinuações de Deputados que recebiam dinheiro! Será que a conversa que hoje existe é porque já conhecem a realidade? Será que essas pessoas já conviveram com esse momento?

Eu tenho certeza de que esses Deputados que estão votando a favor da proposta do Governo, pelo abono, como a Deputada Odete de Jesus, que é professora...

(Manifestações das galerias)

A Deputada Odete de Jesus, que já esteve ao quadro negro, com pó de giz na mão, se tem essa posição é porque sabe que a realidade é que com a proposta do Governo quem vai ganhar é o funcionalismo!

(Manifestações das galerias)

Eu participei de uma reunião onde estavam presentes o Governador e muitos Secretários, o da Fazenda, o da Administração, o da Educação, e presenciei a angústia do Governador Luiz Henrique pedindo para que o aumento fosse maior, pedindo para que fosse dado o máximo! Se não foi dado mais é porque não era possível. A vontade do Governador era que o aumento fosse o maior possível, mas essa foi a fórmula encontrada para diminuir a diferença dos maiores para os menores salários.

Eu lembro do Governo anterior. As pessoas vêm aqui dizer, nossos adversários, que o Governo de Paulo Afonso deixou três folhas atrasadas. É verdade, mas eu presenciei o sofrimento daqueles que trabalharam e ficaram mais de dois anos para receber os atrasados! Eu presenciei a forma maquiavélica que foi construída para faturar politicamente. Os funcionários esperaram 24 meses e sofreram para receber os atrasados. Por quê? Para faturarem politicamente, maquiavelicamente!

(Vaias das galerias)

Nós sabemos que o Governador Luiz Henrique apresentou este projeto porque é responsável, conhece a Receita de Santa Catarina e conhece a Lei de Responsabilidade Fiscal. Quero dizer ainda que em Joinville o povo conhece a política de Luiz Henrique. É verdade, sim, senhores! Lá, em Joinville, eles conhecem Luiz Henrique, tanto que foi eleito três vezes Prefeito da maior cidade de Santa Catarina. Na terceira eleição, foi eleito já no primeiro turno; não esperaram o segundo turno porque conhecem Luiz Henrique!

(Vaias das galerias)

E agora, nessa eleição, nossos adversários, que já contavam com certa vitória do seu líder, ficaram decepcionados com a vitória que Santa Catarina deu a Luiz Henrique!

(Vaias das galerias)

Santa Catarina, Deputada Simone Schramm, deu a vitória a Luiz Henrique, mas o maior responsável foi Joinville. Por quê? Porque Joinville conhece Luiz Henrique, conhece o Governador de Santa Catarina!

(Manifestações das galerias)

O Governo Federal não é diferente do Governo Estadual. A economia que passa por Santa Catarina não é diferente da economia brasileira, não é diferente da economia de São Paulo, não é diferente da economia do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Minas Gerais, Deputado Manoel Mota! E se esses Estados não deram, se o Governo Federal não deu aumento, é porque têm responsabilidade!

(Vaias das galerias)

O Governo Federal está agindo da mesma forma que o Governo Estadual! E o Presidente Lula, no qual eu confio, no qual eu acredito e o qual eu tenho certeza de que será o maior Presidente da história deste Brasil (e eu tive o orgulho de votar nele no primeiro e segundo turnos), também deu 1% de aumento. E se deu 1% mais R\$50,00 de abono, é porque sabe a realidade deste País e quer o melhor para o Brasil.

(Manifestações das galerias)

Eu confio que a política salarial que o Presidente está executando, que é a política do Governador de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e da maioria dos Estados da federação, é a política correta.

(Vaias das galerias)

Meus amigos, eu estou vendo reações favoráveis e reações contrárias. A maioria que está aqui é do Magistério, que está dividido. Mas eu não estou vendo ninguém do setor da segurança reclamar dessa política salarial! Por quê?

(Vaias das galerias)

Por que os soldados, os praças, os policiais civis não estão reclamando? Não estão reclamando porque já têm a sua política setorial, discutida com toda a categoria e não individualmente.

Da mesma maneira, Srs. Deputados, o setor da saúde já tem a sua comissão formada. O Governador Luiz Henrique e o Secretário Jacó Anderle já estão montando uma comissão representativa da área da educação para que tenhamos uma política setorial também para aquele setor, que faça igual ao Luiz Henrique fez em Joinville, ou seja, que diminua a diferença do maior para o menor salários.

É isso que o Governador quer: a revisão setorial também na Educação, com um plano de cargos e salários para fazer justiça aos professores, àqueles que realmente ganham menos.

Senhoras e senhores, tenho percorrido Santa Catarina e agora, recentemente, o Alto Vale, com Eduardo Pinho Moreira. E lá presenciei reuniões e convênios de toda ordem com todos os Municípios, sem discriminação. O Governo que aí está atende a todos! É isso que o Governo quer: não discriminar ninguém e fazer uma política que atenda ao pequeno e deixe de fora o grande. É essa a política do nosso Governo!

É por isso que esses que sempre defenderam os grandes salários, as oligarquias, estão apavorados, porque este é um Governo que, queiram ou não, está dando certo! Este Governo vai marcar época em Santa Catarina, como também o Governo Lula marcará época no Brasil!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o Sr. Deputado Dionei Walter da Silva, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, professores, servidores do Estado de Santa Catarina, neste horário que pertence ao PT também vamos falar sobre todos os trâmites desses projetos, principalmente desde a sua entrada aqui na Assembléia Legislativa.

Durante todo esse período tivemos uma série de contradições por parte do Governador do Estado, por parte da imprensa e por parte de uma grande maioria dos servidores do Estado de Santa Catarina.

Infelizmente, a forma como foram conduzidas as negociações por parte do Governo do Estado não contribuíram em nada para o esclarecimento da população e dos servidores públicos. Informações distorcidas ainda hoje circulam dentro de escolas estaduais, com inverdades ditas como se fosse a Assembléia Legislativa que estivesse atrapalhando a tramitação do processo.

A Assembléia Legislativa deu uma mostra de que está interessada em resolver e em discutir o problema com o Governo do Estado, e fez, inclusive, a aprovação do regime de prioridade, acelerando a tramitação dos projetos aqui nesta Casa.

Quem não quis votar o projeto na semana passada e na anterior não foram as Bancadas do PT, do PP ou do PFL. Não foi a Assembléia Legislativa que não quis votar. E tem mais: todas as matérias na imprensa, enquanto nós negociávamos... E era esse o entendimento: nós queríamos garantir aos servidores o abono e mais um prazo para a sua incorporação.

(Palmas das galerias)

Senhoras e senhores, não adianta fazer de conta, olhar com meia verdade e achar que o abono é a solução para todos os problemas. Primeiro o abono não incorpora, para efeito nenhum, no salário de vocês. O ACT, que paga o INSS...

(Manifestação das galerias)

Se o ACT estiver afastado da sua sala de aula por regime de doença e for para o INSS, ele não recebe o abono. Nós não temos nenhuma garantia de que esse abono vá perdurar por muito tempo. E o que queríamos era isso: que o Governador assinasse um acordo conosco. Não precisava nem estar na lei, mas que tivesse um prazo para discutir, para incorporar ou para fazer a reclassificação e a elevação do piso.

Ninguém está protelando o projeto. Isso é mentira! Quem fala que está sendo protelado está mentindo. O que não está havendo é negociação.

(Manifestação das galerias)

Inclusive na sessão passada eu fui acusado de ter chamado professores de burros. Usaram essa expressão. O que eu chamei de burro foi a confissão de quatro professores que falaram comigo, que vieram para Florianópolis dentro de um ônibus e não sabiam o que vinham fazer aqui.

(Manifestação das galerias)

Então, a expressão que usei é que eu, que já fui membro do Magistério - e minha mãe também foi membro do Magistério Estadual...

Nós precisamos de organização das categorias, de mobilização e de participação para discutir os nossos interesses com o sindicato. Sindicato é eleito pela categoria! Quem não concorda, que participe e discuta!

(Manifestação das galerias)

E fiz a afirmação, que foi mal-interpretada e mais uma vez distorcida, de que um professor deve ser exemplo na sociedade, exemplo para os seus alunos e exemplo na organização, na mobilização e na luta pelos seus direitos. Eu penso ser um mal exemplo quando professores se mobilizam por conta de outras pessoas e não por conta de vontade própria.

(Manifestação das galerias)

A nossa proposta está bem clara. Quero, inclusive, fazer justiça ao Líder do Governo, Deputado Herneus de Nadal, porque desde o início ele tentou - e eu participei inclusive de diversas insistências dele - fazer com que o Governo assinasse o acordo da incorporação do abono. Mas o Governo do Estado não atendeu ao pleito nem do seu Líder, e isso inviabilizou qualquer proposta.

Mas nós vamos votar o abono com prazo para incorporação e a autorização para que o Governo, se quiser e a Lei de Responsabilidade deixar, dê a reposição integral do INPC.

Então, quem acha que estamos contra os servidores, querendo mais do que o Governo quer, mais uma vez está enganado.

O Sr. Deputado Paulo Eccel - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Paulo Eccel - Deputado Dionei Walter da Silva, muitos Deputados têm falado aqui hoje à tarde, especialmente os do PSDB e do PMDB, citando o Governo Lula como um comparativo entre a política salarial adotada pelo Governo Federal e a política salarial adotada pelo Governo Estadual.

Não esqueçam as idas e vindas das reformas na Câmara Federal, mostrando a capacidade de negociação do Governo Lula com a Câmara Federal.

O que nós presenciamos aqui, apesar do esforço destacado do Líder, como V.Exa. bem mencionou, é que o Governo simplesmente quis empurrar goela abaixo do Parlamento os seus caprichos e as suas vontades. Não estou aqui para ser um carimbo chancelador dos caprichos do Governo do Estado.

Lamento, Deputado Herneus de Nadal, que, ao invés de o Governo preferir a negociação explícita, no papel, na emenda, em benefício de vocês, ele tenha preferido a negociação espúria.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Nós precisamos estranhar mudanças de posições da semana passada para a data de hoje. Nós precisamos dizer que o Deputado Jorginho Mello, que criticou o Governo passado, esteve naquele Governo. O PSDB esteve naquele Governo e continua no Governo. Então, não pode falar de Governo passado.

E vamos dizer mais: esperamos que aquilo que o Deputado Nelson Goetten falou na tribuna seja mentira, porque se for verdade que houve troca de voto por subvenção social, nós estaremos mais uma vez envergonhando este Parlamento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra ao Sr. Deputado Joares Ponticelli, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, dando continuidade a minha manifestação inicial, preciso concluí-la dizendo que assiste razão aos Deputados do PT que aqui se manifestaram.

Em nenhum momento a nossa Bancada, enquanto Partido Político de Oposição nesta Casa, foi procurada pelo Governo para fazer uma negociação política.

Quero reconhecer o esforço do Deputado Herneus de Nadal. É verdade que ele se esforçou, mas não teve a sensibilidade de Governo. A única proposta que nos foi apresentada é uma carta de intenções, na qual o Governo pretende formar uma comissão que ele é a maioria. Portanto, mais um prato feito virá. Mas nós estaremos aqui para cobrar.

Agora, um outro argumento que está sendo usado é que os substitutivos que vão à deliberação daqui há pouco... E muito bem colocou o Deputado Dionei Walter da Silva que nós não estamos aumentando a despesa. O que nós autorizamos no substitutivo é o pagamento de 1% agora e os outros 18% até abril do ano que vem.

Com relação ao abono, nós vamos aprová-lo como o Governo propôs. A diferença é que se incorpora a partir de janeiro. E isso foi usado nas Comissões pelos Deputados do Governo como sendo uma proposta constitucional.

Quero aproveitar esse grande número de professores e de funcionários que aqui estão para dizer que inconstitucional é o aumento que o Governador pediu para o seu salário. O Governador, eleito em dezembro do ano passado, pediu para Assembléia Legislativa aumentar o seu salário em 45%. O vice-Governador eleito pediu para Assembléia Legislativa aumentar o seu salário em 65%.

Essa grande quantidade de Secretários, eis que eram 16 e passou para 45, pediu um aumento salarial de 12%, e a Assembléia concedeu. Foi um aumento de 12% para os Secretários, 45% para o Governador e 65% para o vice-Governador - esses mesmos que estão oferecendo 1% para o seu servidor. E o pior é que o salário do Governador, do vice-Governador e dos 45 Secretários estão sendo pagos de forma inconstitucional, com decisão do Supremo. Isso, sim, é inconstitucional.

Ai este Governo consegue tirar diretoras de escola, como vi duas aqui, do Município de Tubarão, de escolas que já não vão bem.

Agora vejo a diretora aqui agitando e dizendo que não quer 19%, que só quer 1%. Estou vendo diretora de escola que conheço e sei que a escola não está indo bem. Estou vendo uma outra funcionária de uma escola de Tubarão, que não tem biblioteca, que foi contratada por 40 horas para responder pela biblioteca, que conta ainda com uma auxiliar bibliotecária também com 40 horas. Não tem biblioteca na escola, e estão aqui.

Certamente o cabresto funcionou. Deve ter sido dito: se quiser manter o cargo comissionado, vai para a Assembléia dizer que não quer aumento. Vai para a Assembléia vaiar a Oposição, vai lá dizer que não quer aumento, senão perde o cargo.

O Sr. Deputado Lício Silveira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Lício Silveira - Deputado Joares Ponticelli, há pouco consultei atentamente o Deputado Sérgio Godinho, que fez uma leitura das proposições do Executivo para o Magistério. Mas antes gostaria de fazer uma colocação, até fazendo uma correção.

Deputado Rogério Mendonça, V.Exa. votou no Serra e não no Lula, essa é a grande verdade. Ali tudo pode ser dito, mas a verdade é outra.

Só queria salientar que essas proposições foram colocadas na tarde de ontem. Já tínhamos o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Finanças e Tributação, e ontem nós estávamos discutindo na Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos.

Depois dessa discussão toda surgiu pelo Líder de Governo, e aqui nós reconhecemos o esforço que ele teve, uma proposição que o Sr. Deputado Sérgio Godinho leu aqui. Isso não é uma proposição, isso é um acordo coletivo em que todos os professores do Estado de Santa Catarina irão perder, primeiramente, porque prevê a instalação de comissão mista composta por cinco representantes do Governo e quatro representantes dos trabalhadores. Quando os professores vão ganhar? Nunca!

Ai vem o seguinte:

(Passa a ler)

"3 - Projeto de lei para a criação de incentivo ao professor em efetiva atuação em sala de aula: concessão de vantagem de até 20% a título de incentivo aos professores, cujo fato gerador será a atuação em sala de aula;"

Não diz a data, não diz nada, não diz qual é o fator gerador. O que a categoria vai ganhar? Nada e ainda mais, está escrito e entregue ao Deputado Herneus de Nadal com as suas assinaturas aqui.

A mentira não é minha, só poderá ser deles.

(Continua lendo)

"5 - Concessão do progresso funcional vertical seletivo."

Isso aqui não é fórum de discussão, Deputado Antônio Ceron, nesta Casa. Isso aqui é um acordo coletivo que tem que ser discutido com a categoria e com o Sinte, mas de uma forma igualitária e não desta forma.

Os senhores desta forma aqui serão prejudicados.

Por isso, Sr. Deputado Joares Ponticelli, o que o Governo quer é simplesmente uma série de interesses deles, mas os principais são o palácio do Besc e o palácio da Telesc.

Esse Palácio da Telesc tem o maior call center do Estado de Santa Catarina e do Sul do Brasil. Emprega 1.440 funcionários. E serão demitidos esses funcionários.

Tem dinheiro para os palácios, tem dinheiro para dobrar o quadro do pessoal em Brasília e tem dinheiro para muitas coisas mais. Eu recomendo que todos nós sejamos prudentes para cobrar a postura de todos os seus Deputados que hoje votarem.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Agradeço a manifestação de V.Exa., Deputado Lício Silveira. E quero concluir chamando atenção, até porque vejo aqui em grande número, servidores da Secretaria da Segurança Pública deste Estado.

Foi dito - é a chantagem governamental - para que alguns representantes da categoria dos policiais de Santa Catarina nos procurassem para dizer que se não for votada a proposta como o Governo encaminhou, eles não ganhariam o reajuste proposto no novo Plano de Cargos e Salários para a Secretaria da Segurança Pública.

O Governo fez festa no palácio, disse que assinou e que encaminhou esse projeto para cá no dia 15 de agosto. Mas teve que desmentir duas semanas depois, quando disse que ainda não tinha encaminhado.

As informações que nós temos, prestem atenção, senhores policiais, é que o projeto é mais uma carta de intenções. Não tem data para entrar em vigência, não tem data para entrar em funcionamento. É isso que querem fazer com o sindicato dos professores, prometendo para junho do ano que vem.

Eu imagino que os servidores da Saúde vão ter o seu projeto encaminhado para esta Casa mais ou menos em 2020. Mais ou menos lá para os idos de 2020 deverá estar chegando aqui, segundo o atual Governo, um projeto para a Saúde, a Agricultura e para os demais servidores de Santa Catarina, porque é tudo para o ano que vem, é tudo para frente. Só que este ano que vem está demorando a chegar.

Por fim, está chegando o grande momento. O Governo atrasou quatro meses e protelou três semanas, mas agora está chegando a hora da verdade, agora está chegando a hora de mostrar a posição responsável desta Casa. E com toda a certeza esses que estão gazeando o trabalho, que vieram aqui para vaiar, a grande maioria detentos de cargo comissionado, muito brevemente estarão aqui de volta para dizer que foram enganados mais uma vez por este Governo que ai está.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Passaremos à Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Antônio Ceron.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sr. Presidente, eu levanto o seguinte: nós temos hoje na Assembléia Legislativa uma multidão considerável de pessoas. E nós já tivemos no passado casos também mais ou menos semelhantes ao dia de hoje. Mas não me ocorre, Sr. Presidente, que em nenhuma daquelas ocasiões que nós tivéssemos lugares vagos nas galerias e com tanta gente lá fora.

Nossa palavra pela ordem, Sr. Presidente, é para que seja respeitada a questão de segurança. Mas eu não vejo nenhum motivo para que se tenha espaço claro na Assembléia Legislativa, com tanta gente que veio de tão longe, independentemente que lado esteja.

O apelo é que no limite da segurança e do espaço nós permitíssemos a entrada na Assembléia Legislativa de mais servidores públicos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Os servidores acompanham no hall de entrada por um sistema de telão, e a Presidência depende, para poder encaminhar a possibilidade de agüentar mais pessoas neste recinto, da chefia de segurança da Casa.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 222.2/2003, de autoria do Governador do Estado, que fixa o índice de revisão salarial aos servidores públicos, civis e militares, ativos, inativos e pensionistas da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Requerido o regime de prioridade através do Requerimento nº 607/2003, de 27 de agosto de 2003.

A presente projeto foi apresenta uma emenda substitutiva global, com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Pela ordem, Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o Deputado Dionei Walter da Silva.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - V.Exa. poderia ler quem pediu regime de prioridade, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - A assessoria verifica o Requerimento nº 607, de 27 de agosto de 2003, que solicitou o regime de prioridade.

O Requerimento nº 607 é subscrito por diversos Deputados. São diversos Deputados, que atingem o quórum regimental.

Em discussão o projeto e a emenda substitutiva global.

Com a palavra o Deputado João Paulo Kleinübing, por até 10 minutos.

O Sr. Deputado Francisco de Assis - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Francisco de Assis.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Sr. Presidente, quero me inscrever.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Afrânio Boppré.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. Presidente, também quero me inscrever.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Pela ordem, Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o Deputado Ronaldo Benedet.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. Presidente, fiz inscrição para discutir o projeto. Nós temos que saber...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Deputado Ronaldo Benedet, V.Exa. é o próximo orador inscrito. Desculpe-me, mas fiz uma inversão. Já concedi a palavra ao Deputado João Paulo Kleinübing.

Mantém a palavra o Deputado João Paulo Kleinübing e na sequência estão inscritos os Deputados Ronaldo Benedet, Manoel Mota, Eduardo Cherem, Romildo Titon, Sérgio Godinho, Genésio Goulart, Mauro Mariani, Francisco de Assis e Afrânio Boppré.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Pela ordem, Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o Deputado Francisco de Assis.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Só quero um esclarecimento, Sr. Presidente. Em nenhum momento a Presidência colocou que os Deputados poderiam se inscrever. Portanto, quando V.Exa. colocou em discussão o projeto, eu fui o primeiro Deputado a levantar a mão para pedir a palavra. Claro que V.Exa. já concedeu a palavra ao Deputado João Paulo Kleinübing e respeito a posição de V.Exa., mas inscrevi-me em segundo lugar.

Espero que fique garantida a minha inscrição em segundo lugar, só isso!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Eu também quero contestar essa inscrição. V.Exa. não abriu inscrição antes, e pelo que me aparenta, é só a Bancada do PMDB, a Bancada do Governo. Então, foi feita uma inscrição especial?

(Manifestação das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - A Presidência começou a receber pedidos de inscrição para fazer uso da palavra quando estava para anunciar a Ordem do Dia, mas esta Presidência refaz a ordem de inscrição: Deputados João Paulo Kleinübing, Francisco de Assis, Afrânio Boppré. A seguir os Deputados que eu havia anunciado. Portanto, com a palavra o Deputado João Paulo Kleinübing, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO KLEINÜBING - Sr. Presidente e Srs. Deputados, volto a esta tribuna para falar, como já falei há duas semanas, sobre a questão do aumento.

Quero me dirigir a todos os servidores, a todos os Parlamentares que estão aqui presentes, em especial aqueles que vieram novamente por conta do Governo do Estado.

Eu já encaminhei um pedido de informação nesta Casa para saber quem está pagando o ônibus que trouxe vocês aqui.

(Manifestações das galerias)

E pelo jeito, Deputado Joares Ponticelli, vou ter que fazer outro pedido de informação, porque existem mais ônibus sendo pagos pelo Governo do Estado para trazer aqui os servidores.

(Manifestações das galerias)

Mas esse é o espaço democrático e queremos a presença de todos aqui.

Ouvi aqui várias manifestações dos Srs. Parlamentares, as manifestações que vêm dos servidores aqui presentes, e realmente uma das coisas que talvez nos fascinam e que fazem a existência ser tão especial é a nossa capacidade de nos surpreendemos com o futuro.

Eu hoje estou vendo aqui algo que nunca imaginei que fosse ver na minha vida. Vejo um grupo de servidores que pegou um ônibus, saiu da sua casa e veio aqui para dizer que não quer a incorporação do abono no seu salário. Vieram aqui para dizer não aos 19% de aumento, que querem apenas 1% de aumento e não 19%.

(Manifestações das galerias)

Eu fico imaginando como é que vocês vão se sentir em casa, quando seus filhos pedirem aumento da mesada. Você vai dizer que não pode dar aumento da mesada, porque o salário só aumentou 1%, porque o abono não incorporou no seu salário. E lá em janeiro eu não sei o que vai acontecer.

Eu quero acreditar que quando esses servidores voltarem para suas casa, para suas cidades, vão no mercado da esquina e vão dizer que não podem mais pagar a conta do mercado, porque o salário só aumentou 1%, e eles brigaram por isso.

Vieram aqui para dizer que não queriam aumento.

Então, é preciso, antes de tudo, esclarecermos o que está sendo discutido nesta Casa. O que está em discussão é uma proposta de abono que todos nós, Parlamentares, apoiamos. Alguns Parlamentares querem a incorporação desse aumento, em janeiro, no salário do servidor. E o Governo não deseja a incorporação.

Ninguém aqui é contra o abono. Somos a favor do abono, a favor da incorporação do abono ao salário do servidor, para que ele tenha a garantia desse abono, para que o servidor possa aumentar a mesada do seu filho e possa realmente comprar mais no mercado, porque tem a certeza que esse abono está agregado ao seu salário.

O Deputado Dionei Walter da Silva muito bem lembrou desta tribuna do quão é pernicioso o abono no salário do servidor, eis que quando é afastado não recebe o abono pelo INSS, e não incide sobre o abono nenhum outro adicional.

Não faz sentido lutar aqui pela não-incorporação do abono ao salário. Nós estamos procurando dar ao servidor aquilo que ele realmente merece, aquilo que nós entendemos que ele merece.

A Constituição fala na revisão anual do salário, que tem que levar em conta aquilo que este imposto pernicioso, que infelizmente ainda existe no País, tirou nesses últimos 12 meses.

Estamos aqui defendendo com muita tranquilidade a incorporação do abono e o aumento do salário. É uma pena, Srs. Deputados, que alguns servidores venham aqui e digam que não querem o aumento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) (Faz soar a campainha) - A Presidência solicita que todos possam colaborar ouvindo os Srs. Deputados.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO KLEINÜBING - Não canso de me espantar com aquilo que o futuro nos reserva, mas talvez seja isso que faça da existência humana ser cada dia uma nova conquista.

Quero continuar dizendo que é preciso esclarecer que não foi este Poder, que não foi em nenhuma das Comissões que nós protelamos o reajuste dos servidores, como esta Assembléia foi injustamente acusada pelo Governo.

Fizemos na Comissão de Constituição e Justiça com o máximo de serenidade e há duas semanas queríamos ter votado; fizemos aqui diversas questões de ordem, querendo votar naquela terça-feira o reajuste e o abono dos servidores públicos estaduais, mas o Governo preferiu adiar a votação por mais duas semanas.

E hoje, como disse muito bem o Deputado Joares Ponticelli, chegou o momento da verdade. Hoje vamos ver quem está realmente lutando pela melhoria do salário do servidor e quem está simplesmente fazendo o seu discurso.

Srs. Parlamentares, hoje nós temos uma grande responsabilidade e vamos exercê-la com a nossa consciência.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Inscrito para falar o Sr. Deputado Francisco de Assis, a quem concedemos a palavra por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, servidores públicos e professores, quero lembrar aos professores do nosso Estado de um processo recente ocorrido na Câmara dos Deputados, em Brasília, quando os Deputados Federais no final do ano de uma Legislatura aprovaram de forma super rápida um grande aumento de salário para os próprios Deputados.

Quero começar lembrando disso, porque normalmente a classe política tão criticada merece carregar esse fardo muitas vezes, porque quando é em favor próprio é muito rápido tomar uma decisão, mas quando é para decidir a vida da maioria de um povo, de um País ou de uma categoria os debates são longos, prolongados, e não se tem muita força para conseguir aprovar de forma que fosse o ideal.

Eu gostaria de perguntar a cada Parlamentar o que cada um pensa sobre os Partidos Políticos neste País, se é importante um Partido Político ou não, se vale a pena termos um Partido Político forte, onde os seus filiados que detêm um cargo sejam obedientes ao seu Partido ou isso não é importante.

Digo isso porque o Partido dos Trabalhadores, de forma inequívoca, tomou posições duras em relação a alguns Parlamentares que, em nível nacional, não votaram conforme o Governo solicitava ou conforme a deliberação do Partido dos Trabalhadores. E defendi que o Partido dos Trabalhadores estava certo, porque cada um de nós, eleitos por um Partido, temos que seguir a cartilha desse Partido, temos que votar de acordo com as deliberações das nossas Bancadas, temos que votar de acordo com os nossos Partidos.

Eu estou orgulhoso do PT, porque hoje, queiram ou não, independentemente vontade de cada um de nós, os nove Deputados do PT haverão de votar juntos na mesma proposta, seja ela qual for.

(Manifestações das galerias)

Digo isso porque a nossa Bancada foi coerente, nós tentamos a todo instante dialogar com o Governo, tentamos dialogar com o Líder do Governo nesta Casa, para buscar o entendimento e, de forma rápida e objetiva, ter o melhor encaminhamento para os servidores do nosso estado. Não fomos entendidos, não foi dessa forma que o Governador nos atendeu e sequer quis dialogar conosco de forma que nós pudéssemos apresentar uma proposta de consenso.

O Governador está muito à vontade, porque ele não negocia com os Partidos, ele negocia com as pessoas. E dessa forma, nós nunca teremos Partidos fortes neste País, que reprimam aqueles que entram em desacordo com os Partidos. Infelizmente o Governo do Estado não teve essa sensibilidade, não dialogou com os Partidos e não quis ter, de fato, uma proposta de consenso. Coisa que é lamentável.

Eu entendo que a questão dos salários deve ser uma discussão, a princípio, do Governo do Estado, do Poder Executivo e dos sindicatos que representam a categoria. Eu acho que tem que vir para cá uma proposta já acordada entre Governo do Estado e servidores públicos. Não foi possível, não houve esse acordo e, infelizmente, cabe a esta Casa, aos 40 Deputados, tomarem a decisão pelo Governo e pelos servidores. E nós temos que escolher a melhor saída e a melhor proposta.

(Manifestações das galerias)

Diante disso, a Bancada do nosso Partido, juntamente com outras Bancadas, apresentou uma proposta de substitutivo, que não tira o abono de nenhum servidor, mas que dá um prazo ao Governo, ou melhor, que permite ao Governo, se possível, dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, para reajustar o salário dos servidores do nosso Estado, que está defasado.

Fizemos isto porque ouvimos algumas categorias, procuramos o Governador, procuramos também os sindicatos e dialogamos com todos. E qual era o nosso objetivo? O nosso objetivo era o de apresentar uma proposta que fosse boa para os servidores, que melhorasse o salário de todos. Esta era a proposta do PT! Porque nós queríamos o entendimento. E o que aconteceu? Foi-se protelando, protelando. Passaram-se duas, três semanas e somente hoje vamos tomar a decisão, sem sequer o Governo ter cedido em nenhum ponto.

O projeto que vai ser votado, e eu já falava isto para a nossa Bancada, Deputado Paulo Eccel, queiramos ou não, vai ser aprovado da forma que o Governo encaminhou, porque é assim que o Governador faz.

Este não é o melhor processo, este não é o Governador que se diz democrático. E mais, Sr. Presidente, isto está servindo como uma coisa muito positiva para o nosso Partido, meus Companheiros de Bancada do PT nesta Casa.

Eu gostaria até que isto tivesse acontecido desde o início desta Legislatura, para unificar a nossa Bancada em torno de uma posição em relação a este Governo. Se ele quiser, vai ter de discutir com o PT daqui para frente. Não poderá fazer discussão individualmente com os Parlamentares, tem que conversar com os Partidos, valorizar os Partidos Políticos.

E peço que cada Partido nesta Casa, que se diz Partido sério, cobre dos seus Parlamentares posições coerentes, votos partidários, votos de Bancada, que não liberem a Bancada para que cada Deputado faça conforme a sua conveniência.

Eu estou muito feliz por este fato, Padre Pedro Baldissera, que uniu a Bancada do PT. Isso, por si só, já é um fator importante para nós, porque o PT tem que ter posição como sempre teve nesta Casa, posições claras para a sociedade catarinense. O PT é uma Bancada de nove Parlamentares, a maior Bancada desta Casa, e não pode ficar à mercê e sem saber para onde vai; se para a direita ou para a esquerda; se vai para a Situação ou vai para a Oposição. Nós temos que ter uma posição e neste aspecto o Governador nos está ajudando, fato com o qual eu estou muito feliz.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Pois não!

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Eu quero aproveitar a oportunidade para retirar a minha inscrição e dizer que em todos os momentos que o PT conversou com o Líder do Governo não pediu um centavo, uma subvenção ou qualquer favor, a não ser o acordo a respeito do prazo para a incorporação do abono, somente isso.

O Partido dos Trabalhadores tem uma Bancada séria, uma Bancada que poderia negociar politicamente com o Governo, no sentido de beneficiar a categoria dos servidores públicos estaduais. Mas, infelizmente, há boatos no sentido de que as negociações podem ter ocorrido de outra forma.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Deputado, eu incorporo as suas palavras ao meu pronunciamento. E para finalizar, Sr. Presidente, eu gostaria de falar da importância dos servidores públicos na luta por melhores salários. Eu acho que é importante quando vocês têm um sindicato que os represente.

Agora, é lamentável que servidores se deixem levar por cooptações do Governo. Isto eu queria lamentar. É lamentável que servidores do nosso Estado, pela tentativa do Governo de fazer com que no dia de hoje tivesse maioria, prestem-se a vir a esta Casa a serviço de outros interesses. Muitos deles vêm porque têm, sim, um cargo comissionado, porque dependem da política do Governo.

(Palmas das galerias)

Quero condenar este procedimento e defender o servidor público que tem consciência, que faz a luta dentro do seu sindicato, que vem brigar pelos seus direitos. E não aqueles que são pagos para fazer o que estão fazendo hoje.

(Palmas das galerias)

É esse servidor consciente que cabe a cada um de nós, Deputados, defender, esse servidor autêntico, que tem autonomia, que tem um sindicato, que respeita o seu sindicato e que vem para cá representando a sua categoria de sua livre vontade.

Esse é o verdadeiro servidor público, esse é o servidor público que orgulha Santa Catarina, e não esses que são manipulados, que vêm para cá com ônus para o Estado, para fazer a defesa do Governo. Esse servidor nós não aceitamos. Esse tipo de gente não serve para defender o servidor público do nosso Estado.

(Manifestações das galerias)

É lamentável que tudo isto tenha acontecido, porque eu sou testemunha viva, dentro da minha Bancada, Deputado Herneus de Nadal, de quantas tentativas fiz para que houvesse o entendimento, para que ocorresse um acordo, para que a Bancada do PT pudesse, sim, votar junto com o Governo hoje, num projeto que nos unificasse. Eu tentei, por

várias vezes, mas não consegui. Falei pessoalmente com o Governador em exercício, juntamente com o Deputado Volnei Morastoni, mas nada conseguimos. Sei que V.Exa. também fez essa tentativa, mas não conseguiu.

Assim, diante de tudo isso, só nos resta lamentar e dizer que este Governo não tem nada de democrático, não negocia com a Assembléia, só faz discurso.

(Palmas das galerias)

Nós não podemos mais aceitar tal coisa! Não podemos mais aceitar! E que os Partidos Políticos possam de fato controlar as suas Bancadas, dar exemplo para a sociedade catarinense de Partidos fortes, como fez o Partido dos Trabalhadores no Congresso Nacional, como há de fazer nesta Casa hoje e sempre!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra o Deputado Afrânio Boppré, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros e companheiras do serviço público estadual, estamos discutindo o Projeto de Lei nº 222, de iniciativa do Executivo Estadual. No entanto, antes de entrar no mérito da matéria, preciso, Sr. Presidente, fazer algumas considerações iniciais. Lamento que esta matéria tramitou desde o primeiro dia que chegou a esta Casa por um processo marcado pela intransigência do Executivo Estadual, que apresentou uma proposta e não abriu nenhuma possibilidade ou virgula para negociação.

Foi um projeto que tramitou exigindo que o Legislativo Estadual simplesmente homologue a proposta governamental. Este projeto tem a pretensão de fazer com que este Poder se curve ao imperativo, à determinação do Chefe do Poder Executivo.

Como disse o companheiro, Deputado Francisco de Assis, este Governo está usando, inclusive, métodos tortuosos para alcançar seu objetivo, buscando fragilizar a unidade interna de todas as Bancadas Partidárias.

Vamos requerer a votação nominal dessas matérias e veremos, pelo placar, como é que os Deputados se manifestam com relação às duas iniciativas.

Essa intransigência começou quando imputou aos sindicatos um cansaço de quatro meses e meio de negociação que não levou a nada. Transferiu a batata quente para a Assembléia Legislativa e viajou para a Europa.

Aqui, dentro da Assembléia Legislativa, tentamos um acordo, buscamos um processo sistemático de conversação. Dialogamos com a equipe técnica do Governo, com a Liderança do Governo, com todas as Bancadas e não nos cansamos de ouvir a visão sindical sobre essa matéria.

Foi por isso que conversamos com os companheiros da Aprasc, que estão sendo colocados em rota de colisão com os seus demais colegas, também funcionários públicos. Estou me referindo ao projeto da Segurança, tentando criar uma manobra de condicionar um projeto com o outro, quando não tem nada a ver. Precisamos discutir com altivez e sem técnicas de manobra no processo de tramitação dessa matéria.

Nos corredores dizem que talvez o Governo já tenha maioria. Dizem também que talvez a Assembléia Legislativa se curvará à vontade do Poder Executivo. Mas quero dizer aqui, com orgulho, que se isso acontecer o Governo não conseguiu fazer com que a Bancada do PT se curvasse à sua vontade.

Fizemos um debate amadurecido, com muita cautela. Soubemos discutir com altivez e respeito com todos os interlocutores desse processo.

Faço aqui, inclusive, um apelo para que não utilizem mais esse método de ameaças, de chantagem, de que se a matéria sofrer algum tipo de modificação o Executivo vai retirá-la da Casa, na verdade, buscando coibir uma prerrogativa dos 40 Parlamentares, adquirida pelo voto popular nas urnas.

Não vamos aqui nos recusar a fazer emendas, discutir e aperfeiçoar o projeto, até porque o Projeto de Lei nº 222.2, que estamos discutindo com uma emenda, certamente muitos servidores ainda não compreenderam o seu alcance.

Fico surpreso porque a emenda, vou ler para que todos tomem conhecimento, tem o seguinte conteúdo:

(Passa a ler)

"Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a repor as perdas salariais na forma de revisão gradual de vencimentos, observando a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, aos servidores públicos civis e militares ativos, inativos e pensionistas da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional, relativas ao período de 1º de maio de 2002 a 30 de abril de 2003, observado o que estabelece a Lei Complementar Federal nº 101, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal, de 4 de maio de 2000."

Então, quero chamar a atenção porque é uma autorização legislativa. Mentem aqueles que dizem que essa emenda fere a Constituição, porque não é uma emenda que determina, que obriga o Governador a cumprir. E mais, o que estamos buscando é preservar, defender o salário de todos os funcionários do processo de corrosão inflacionária. É uma emenda que viabiliza a possibilidade de os funcionários preservarem os seus ganhos e seus vencimentos da inflação.

Portanto, me surpreendem aqui aqueles que se opõem a uma emenda como essa, porque ela não é impositiva, ela é autorizativa. Ela não é contra o Governo e não é contra o funcionalismo público. Ela é uma emenda que busca restabelecer a possibilidade de negociação entre as entidades sindicais e o Executivo Estadual.

Por isso me surpreendo, inclusive, com algumas manifestações aqui. Acho que aqueles que vieram aqui no dia de hoje, vieram vaiar, devem quando chegar em casa falar a verdade com seus familiares.

(Manifestação das galerias)

Devem dizer que foram até a Assembléia Legislativa vaiar, repudiar, dizer não aos Deputados que queriam uma emenda que aumentasse a renda familiar.

(Manifestação das galerias)

Devem dizer para os seus filhos, para suas esposas, para os seus maridos que lutaram para não ter aumento de salário e que estão contentes, com o sorriso na orelha, porque o Governo conseguiu derrotar a luta do Magistério, a luta do funcionalismo público.

(Manifestação das galerias)

Por isso eu lamento esse tipo de comportamento. Estranho, inclusive, que alguns trabalhadores ainda continuem iludidos.

E viva a luta sindical!

Muito obrigado!

(Manifestação das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Ronaldo Benedet.

O Sr. Deputado Lício Silveira - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Lício Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Sr. Presidente, tomei conhecimento nesse instante de um assunto extremamente grave, porque através de um balão, nós Deputados recebemos um aviso dizendo que nas galerias existem pessoas de Criciúma que não são professores, que foram contratados para vaiar os contrários ao abono.

(Manifestação das galerias)

Quem me forneceu essa mensagem foi uma pessoa de responsabilidade. Estou vendo também, por colocação do Deputado Líder da Bancada do PFL, que um elemento de Lages que não trabalha e que deve ter sido contratado para vaiar os Deputados que estão defendendo o abono.

Fica aqui o meu registro.

(Manifestação das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra o Deputado Ronaldo Benedet.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. Presidente, cidadãos catarinenses presentes na Assembléia Legislativa, fiz uma defesa nesta tribuna durante quatro anos: é a garantia do direito do interior do Estado de estar aqui e de ser respeitado. É isso que eu exijo.

Esta Casa é a Casa do Povo. Não sei, não conheço quem é que está aqui nesta Casa, que seja da minha cidade, Deputado Lício Silveira, e que não seja professor. E acredito que não são só os servidores professores que estejam nesta Casa. São cidadãos catarinenses, que têm o direito de acompanhar este processo.

(Manifestações das galerias)

Hoje foi dito aqui que os servidores da Capital não querem deixar os do interior vir aqui, porque querem ficar com os altos salários só para a Capital.

Nós somos do interior, o salário do interior é o que menos ganha. E é isso que nós temos que respeitar aqui nesta Casa.

(Manifestações das galerias)

Eu sei que essas vaias são encomendadas pelos altos salários deste Estado. E nenhum dos servidores do interior têm alto salário. É tudo professor, não são cargos comissionados, são pessoas sofridas que vêm do interior. E eles não deixam e não querem as pessoas do interior.

Servidores da Educação ou de outros órgãos ou não, mas são cidadãos catarinenses, sim. É necessário que se fale da tribuna desta Casa que não se pode deixar de colocar que o Governo apresentou, sim...

Eu não entendo por que alguns servidores não querem dar o direito de outros servidores também se manifestarem.

Eu não entendo, eis que quando o servidor é contra a Oposição, é contra a posição da Oposição, ele é comprado, ele é pago. E o outro está sempre do lado certo. O lado certo é aquele que a consciência de cada um manda. E aqueles que estão aqui, que são do interior, eu quero defender, sim. Eles têm o direito de estar aqui.

Agora, aqueles que aqui estão, de todos os lados, que são servidores e que ganham salários baixos na Educação, saibam que existe um compromisso do Governo Luiz Henrique da Silveira.

O Governador garantiu um dos melhores salários, quando Prefeito, aos professores. E Eduardo Pinho Moreira, quando era Prefeito de Criciúma, tinha um dos melhores salários de professores, no interior de Santa Catarina, via Prefeitura.

Agora, é necessário que se diga que para o ano que vem existe um compromisso do Governo de rever o quadro dos professores, como está sendo revisto o quadro da Polícia Civil e da Polícia Militar. E vão, sim, acabar com as distorções e com os baixos salários.

É claro que não podemos negar que o Brasil vive o momento da reforma tributária, que está deixando os Estados e o Governo Federal inseguros. Mas estamos aqui para defender todos os salários, todos os servidores. É isso que nós queremos, defender todos os servidores.

E no ano que vem vocês vão agradecer esse dia memorável, porque muitos estão enganados, porque o Governo Luiz Henrique vai melhorar o salário de todos os servidores, e todos vão estar em condições melhores.

É claro que aqueles que recebem baixos salários e têm a sua categoria, o seu setor distorcido, que são humilhados, inclusive a maioria de vocês aqui, terão os salários ajustados e realinhados, para não passar a vergonha de salários baixos no Estado de Santa Catarina.

Quero dizer que não é verdade que os 19% são apenas uma autorização, que o Governo não vai aceitar que se vote aqui hoje os 19%, que se votar, o Governo não concederá. Não é verdade. Se votar 19%, vai ter que conceder. Não é autorizado a conceder, vai ter que conceder os 19%, e isso não é possível.

O Governo Luiz Henrique da Silveira tem que governar, tem que administrar Santa Catarina. É isso o que queremos, um bom Governo, um Governo para dar, no ano que vem, um reajuste decente, digno, para os trabalhadores de todos os setores, que estão defasados, um reajuste que faça justiça no Estado de Santa Catarina.

Mas a mentira só vai poder ser comprovada se no ano que vem for comprovado que o que digo é verdade. Nós estamos com nove meses apenas de Governo. O Governo está começando, precisa de um voto de confiança, precisa receber a confiança dos servidores. É isso o que estamos falando. O Governo está falando em salário, dinheiro no bolso, na conta de pagamento dos servidores do interior, que ganham menos e que estão esperando para receber o seu dinheiro.

É isso o que está em discussão no dia de hoje. É isso que nós queremos, a compreensão de ambos os lados. Na verdade esses servidores que vão deveriam estar unidos com os que aplaudem, em ambos os momentos. Se tivéssemos aqui negando aos servidores os seus direitos, aí sim, mas estamos defendendo a garantia para o servidor. É apenas uma questão de conotação política.

Não podemos deixar a maioria dos servidores sofrendo sem salário, porque o abono é apenas o nome, abono ou reposição. O que interessa é que isso vai ser incorporado no ano que vem. No ano que vem o servidor terá isso no seu salário, e o Governador Luiz Henrique da Silveira é um homem que tem um trato, uma referência, uma relação exemplar com os trabalhadores.

Muitos aqui queriam que o Governador tivesse escondido, dado um pequeno aumento, para depois negociar. O erro do Governador, talvez, foi ter dado tudo de uma só vez, para não ter margem de negociação, porque não pode comprometer a folha, a arrecadação do Estado de Santa Catarina.

Estas questões temos que levar com muita naturalidade e tranquilidade. Precisamos melhorar o salário dos professores. Isso é o que queremos. O gozado é que durante quatro anos não houve esta movimentação. Em nove meses de Governo, só agora que alguns acordaram.

Por quatro anos ficaram aceitando as mínguas do Governo passado. O segundo menor salário do País, e agora que o Governador quer resolver, quer ajudar, quer melhorar o salário dos professores, quer colocar o dinheiro na conta dos professores já, daqui a cinco dias, existem alguns que não querem.

Então é isso que temos que debater nesta Casa e mostrar aos servidores que, se o Governo Federal concedeu 1% e mais R\$58,00 de abono, é porque é o que dá para fazer para não atrasar salários, e este Governo não vai atrasar salários, vai pagar em dia.

Agora, já, daqui a uma semana, os servidores vão receber R\$300,00 a mais nos seus salários, porque são dois meses acumulados de abono que os servidores vão receber.

Por isso, quero convidar os Deputados, aqueles que não têm uma posição ainda favorável à proposta do Governo, para que votem com a proposta do Governo, porque ela é a melhor proposta para os servidores.

Votem de forma consciente, justa, porque o que se quer é fazer justiça com o servidor, com as demais categorias, como já se está fazendo com os Policiais Cíveis e Militares.

O Governo quer aumentar o salário dos servidores da Educação, para fazer justiça. Sim, o Governo quer fazer justiça com os servidores do Estado, com os professores, que precisam melhorar os seus salários, para deixar de ser essa vergonha e ser o segundo melhor salário País.

Contem com o Governo e confiem em Luiz Henrique da Silveira, que vai trazer o salário do futuro que todos vocês merecem.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Inscrito para falar o Sr. Deputado Genésio Goulart.

O Sr. Deputado Nelson Goetten - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Nelson Goetten.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Sr. Presidente, como acredito que nós já debatemos muito, e todos já têm uma posição definida, então, por favor, em respeito até ao povo que veio de longe, vamos votar logo, pois não vamos ganhar nada com discurso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Deputado Nelson Goetten, já desistiram da inscrição os Deputados Manoel Mota, Eduardo Cherem, Romildo Títon e Sérgio Godinho. Ainda estão inscritos os Deputados Genésio Goulart, Mauro Mariani e João Rodrigues.

Com a palavra o Deputado Genésio Goulart.

(Pausa)

Na ausência do Deputado Genésio Goulart, com a palavra o Deputado Mauro Mariani.

(Pausa)

Na ausência do Deputado Mauro Mariani, com a palavra o Deputado João Rodrigues.

(Pausa)

Também ausente o Deputado João Rodrigues. Está encerrada a discussão.

Em votação.

Esta Presidência antes de iniciar a votação do Projeto de Lei nº 222.2, que trata da revisão salarial, esclarece como se realizará a votação.

Em primeiro lugar: será votado o substitutivo global, aprovado nas Comissões. Se aprovado o substitutivo, estarão prejudicados o projeto original e as emendas. Se rejeitado o substitutivo global, votaremos o projeto de lei.

Em votação.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - A teor do art. 251 do nosso Regimento Interno, estou requerendo, Sr. Presidente, votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Está deferida a votação nominal.

Em votação.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Afrânio Boppré.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. Presidente, apenas para dizer que nós consideramos que esse debate foi feito à exaustão, que estamos de plena consciência que fizemos o nosso papel, o papel de ponderar, de buscar o diálogo.

Não ficamos com uma proposta rígida, inalterável, pelo contrário, apresentamos uma primeira proposição, e o Executivo rejeitou; apresentamos uma segunda proposição, e o Executivo rejeitou, marcando a sua posição de intransigência, não deixando nenhuma margem de conversação e fazendo questão de no Plenário medir a correlação de forças.

O Executivo aqui não quis saber de conversa, não quis saber de acordo, quis saber quem lhe obedece e quem não lhe obedece. E por isso, Sr. Presidente, para deixar clara a nossa posição, o Partido dos Trabalhadores vota favoravelmente ao substitutivo.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Pela ordem, Sr. Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Estou com a consciência tranquila de que também fiz o possível.

O Governador Luiz Henrique da Silveira no primeiro momento não tinha cartas na manga, eis que quando ele encaminhou o projeto, ele encaminhou dentro do possível para o Estado de Santa Catarina.

Eu e a nossa Bancada, a Bancada de sustentação, acompanhamos a angústia do Governador e sabemos que a sua verdadeira intenção era dar o máximo possível. E foi dessa forma que esse projeto foi encaminhado para esta Casa.

Temos a certeza de que o nosso Governador Luiz Henrique da Silveira e o vice-Governador Eduardo Pinho Moreira, Governador em exercício, tiveram a disposição de diminuir as diferenças entre o menor e o maior salário de Santa Catarina e a intenção de discutir setorialmente, como está sendo feito na Segurança Pública, na Saúde, na Educação, posteriormente, com o Plano de Cargos e Salários.

Termos a certeza de que o funcionalismo público de Santa Catarina vai ganhar. Ninguém está votando contra o funcionalismo público, estamos votando, sim, por Santa Catarina.

Por isso votamos contra este substitutivo global.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Pela ordem, Sr. Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. Presidente e Srs. Deputados, 20% para quem ganha R\$15.000,00 significa um reajuste de R\$3.000,00, 20% para quem ganha R\$500,00 significa um reajuste de R\$100,00.

O reajuste de R\$3.000,00 é cinco ou seis vezes maior do que o próprio salário do servidor público.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós encaminhamos contrariamente ao substitutivo global, até porque ele gera um adicional na folha de pagamento de R\$30.000.000,00. E isso não permite reduzir as diferenças entre o maior e o menor salário.

Para fazer justiça com o servidor público, nós recomendamos o voto não à emenda substitutiva.

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Pela ordem, Sr. Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Antônio Ceron.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - 1% sobre R\$200,00 representa R\$2,00, 1% sobre R\$300,00 representa R\$3,00 e 1% sobre R\$400,00 representa R\$4,00, com certeza menos do que o custo para a alteração do programa da Secretaria da Administração complementar esse ridículo aumento que o Governo do Estado encaminha à Assembléia Legislativa, para os servidores do Estado de Santa Catarina.

Nós tivemos no primeiro semestre de 2003 um crescimento da arrecadação de 23%. O comprometimento da folha de pagamento do funcionalismo de Santa Catarina no mês de julho representou 43,81. Portanto, bem aquém, bem abaixo do limite fixado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, todas as tratativas por parte dos Deputados de Oposição foram feitas no sentido de que nós tivéssemos pelo menos a reposição integral do período, que não é aumento, é reposição. Aumento é uma outra história que nós esperamos, dentro deste Governo, ter a oportunidade de discutir e encaminhar.

Infelizmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nem a vírgula depois de 1% foi admitida, negociada nesta Casa.

E ao longo desse tempo todo que o projeto está em discussão, nós só ouvimos na imprensa, por parte do Governo do Estado, que eles estavam em busca, na linha de conseguir os votos necessários para a sua aprovação.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, muito embora a proposta colocada no substitutivo, que foi aprovado em todas as Comissões da Casa, enseje no sentido autorizativo, preservava o 1% para a folha de agosto e dava a oportunidade de que o Governador, até 30 de abril do ano que vem, pudesse dentro dos limites de caixa e dentro da possibilidade de arrecadação conseguir dar aos seus servidores.

Na mesma linha, vou concluir, Sr. Presidente, até porque eu esperava a oportunidade de discutir e não me foi dada. Por isso quero mais um minuto de V.Exa.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, está se dizendo e até se jogou para os servidores da Segurança de Santa Catarina, Deputado Nelson Goetten, que se não aprovassem esse projeto eles não teriam a possibilidade do aumento de até 93%.

Mas Santo Deus, se não pode dar 1,1%, como é que vão dar 93%? Quero que me expliquem. Não consegue dar 1,1%, e vão dar 93%?

Chega de tentar enganar o servidor de boa vontade. Por isso voto "sim" ao substitutivo.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, Sr. Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Joares Ponticelli, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, em primeiro lugar eu quero aproveitar esse espaço para tentar mais uma vez restabelecer a verdade aqui nesta Casa.

Não é verdade que foi o nosso substitutivo que pretendeu contemplar os altos salários de Santa Catarina. Se alguém aumentou a diferença entre o menor e o maior salário neste Estado foi o Governador que pediu aumento para o seu salário, que é o teto do servidor público de Santa Catarina.

O nosso substitutivo limita a reposição ao salário teto, que é de R\$6.000,00. Quem aumentou a diferença entre o maior e o menor salário foi o Sr. Luiz Henrique da Silveira, quando pediu para esta Casa aumentar o seu salário. Portanto, ele precisa dar explicações. Além do mais, o teto é de R\$6.000,00. E ele está pagando porque quer ou porque a Justiça assim determinou.

Nós estamos aqui com a moral de quem quando governou este Estado não fez tudo o que podia para o servidor, é verdade. Mas garantimos dispositivo constitucional da reposição integral. Depois de pagar a herança maldita de três contracheques atrasados, herança do PMDB, nós fizemos a reposição integral de 1º de janeiro de 1999 a 30 de abril de 2002.

Do alto dessa condição de quem fez, de quem cumpriu a lei, de quem respeitou, quero dizer que não arredamos o pé, em que pese alguns Deputados já terem se posicionado antes mesmo do nosso encaminhamento. Mas certamente esse quadro que aqui está, essa demonstração do voto de cada um vai ser acompanhada ao longo dos mais três anos e quatro meses de mandato que teremos.

Vejo aqui os policiais que estão sendo enganados agora, mas a mentira deste Governo vai ser desmascarada ao longo desse período, e nós vamos continuar aqui com a nossa posição, firmes, com coragem.

Não esmorecemos, não nos entregamos, tentamos negociar politicamente, e o Governo não quis. O Governo disse não aos Partidos. O Governo não quis compor, o Governo não nos respeitou, porque preferiu outros caminhos, porque esse foi o comportamento deste Governador quando comandou Joinville. Nós conhecemos essa prática.

Assim como ele transformou a Câmara de Joinville em um cartório que homologa o que o Governo quer, agora quer fazer a mesma coisa com esta Casa. Mas nós vamos continuar aqui. Vamos perder com a

cabeça erguida, com dignidade, porque vamos continuar aqui ao lado da verdade, na defesa daquilo que nós fizemos. E quero dizer que até o final do Governo vamos cobrar as suas outras promessas mentirosas.

Isso é equiparação do salário do professor do Estado com o salário do professor de Joinville. Este é o resultado de quem enganou.

Mas com toda a certeza de dois em dois anos ocorre eleição, e esse povo que foi enganado, esse professor, que foi ludibriado por este Governo, haverá de dar a resposta.

Por isso nós votamos sim ao substitutivo, porque ele não onera, mas resguarda o direito do servidor de Santa Catarina.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Pela ordem, para encaminhamento de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a Sra. Deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. Presidente, quero ter o direito de me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) (Faz soar a campanha) - A Presidência solicita a cooperação de todos os presentes para que a Sra. Deputada Odete de Jesus também possa se manifestar para encaminhamento pelo seu Partido, o PL.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Como Líder do Partido Liberal e também como professora, não vou admitir de maneira alguma salário igualitário para o marajá que tem salário alto e para o professor que sempre foi sacrificado.

(Manifestação das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) (Faz soar a campanha) - Esta Presidência solicita mais uma vez que deixem a Sra. Deputada Odete de Jesus fazer a sua manifestação.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Esta Deputada é um exemplo, porque lecionou no interior. Sou uma profissional alfabetizadora, sou uma profissional de 25 anos de carreira. Não vou admitir e por isso vou votar não.

O Sr. Deputado Francisco de Assis - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Francisco de Assis.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Só quero dizer que acabei de receber um telefonema de Criciúma, através do qual um companheiro justifica a ausência do Deputado José Serafim, que está com a sua filha internada no hospital, mas se estivesse presente com certeza votaria com a Bancada do PT.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Dionei Walter da Silva.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Gostaria que ficasse registrado, Sr. Presidente, esse painel, para verem o que aconteceu desde a última semana em que os servidores estiveram aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Em votação.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRE	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	não
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO CERON	sim

DEPUTADO CELESTINO SECCO	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA	não
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	não
DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA	sim
DEPUTADO DJALMA BERGER	não
DEPUTADO EDUARDO CHEREM	não
DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	não
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	não
DEPUTADO JOÃO PAULO KLEINÜBING	sim
DEPUTADO JOÃO RODRIGUES	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	não
DEPUTADO JOSÉ PAULO SERAFIM	
DEPUTADO JULIO GARCIA	não
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MAURO MARIANI	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NELSON GOETTEN	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO NILSON MACHADO	
DEPUTADA ODETE DE JESUS	não
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	não
DEPUTADO PAULO ECCEL	sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO RONALDO BENEDET	não
DEPUTADO SÉRGIO GODINHO	não
DEPUTADA SIMONE SCHRAMN	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	não
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	
DEPUTADO WILSON VIEIRA	sim

Esta Presidência pergunta se algum Deputado deixou de exercer o seu direito de voto.

(Pausa)

Não havendo manifestação, está encerrada a votação.

Temos 14 votos "sim" e 22 votos "não".

Está rejeitada a emenda substitutiva global ao Projeto de Lei nº 222.2/03.

Votação do Projeto de Lei nº 0222.2/2003, que fixa índice de revisão salarial aos servidores públicos.

Em votação.

Os Srs. Deputados que votarem "sim" aprovam o projeto e os Srs. Deputados que votarem "não" rejeitam.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - A concessão de aumento, embora simbólico mas linear, permite, por conta do imperativo constitucional, que se possa atender setorialmente, e aqui está a Segurança Pública, aqui está a Polícia Militar, que ao longo de sete ou oito meses discutiram o seu projeto e que, para atender o comando constitucional, estão na fila de espera com mensagem já assinada para que possa ser deliberado aqui na Assembléia, logicamente que obedecendo a dois parâmetros: o primeiro deles de ordem legal, por força da Lei de Responsabilidade Fiscal, e o segundo por conta da capacidade financeira do Tesouro do Estado.

Se nós assim agirmos, aprovando este projeto original, teremos condições de discutir com a Comissão de Saúde e dos outros segmentos do serviço público, promovendo ajustes setoriais necessários que signifiquem uma política definitiva.

Por isso, Sr. Presidente, nós votamos "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - A Presidência solicita a colaboração de todos para que os Líderes Partidários possam se manifestar sob encaminhamento de votação, para que possamos proceder à votação.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Afrânio Boppré.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. Presidente, lamentando o resultado colhido na votação anterior, onde ficou mais uma vez registrado aquilo que nós já prevíamos que ia acontecer, a forma de tratar a matéria dentro desta Casa, o jeito, os caminhos tortuosos, o placar expressou exatamente isso, eu quero dizer que perdemos a oportunidade de abrir um canal de discussão visando preservar os salários do conjunto do funcionalismo.

Portanto, neste momento não nos resta outra coisa a não ser dizer se concordamos com 1% ou se discordamos do 1%. A vitória, o avanço que nós poderíamos fazer estava na votação anterior, não está neste debate.

Por isso, Sr. Presidente, a posição da Bancada do Partido dos Trabalhadores com relação ao que restou decidir com relação a este projeto é pela aprovação da matéria.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, eu respeito os mais de 100.000 servidores e suas famílias que - diferentemente de 50 ou 100 ocupantes de cargos comissionados que aqui estão, convocados para nos vaiar e para aplaudir o Governo - querem 19 e não 1%.

Eu tenho certeza de que a família do servidor público de Santa Catarina, servidor concursado, efetivo (não o comissionado que veio aqui e não tem legitimidade para falar), que está esperando o cumprimento do art. 23, da Constituição, vai ficar muito frustrada. E a partir do momento que se troca 19 por 1%, nós vamos dar ao Governo moral para dizer que cumpriu a Constituição.

Eu não tenho esta condição, Sr. Presidente. Eu sou servidor público do Estado de Santa Catarina, estou Deputado, mas sou professor com 20 anos de carreira, admitido por concurso público e, em respeito aos meus colegas, em respeito aos servidores públicos catarinenses, eu quero fazer um apelo aos meus Companheiros: entre 1% e nada, que se dê nada, para que nós possamos dizer que este Governo não cumpriu a Constituição. Eu voto não à proposta de 1%, em respeito ao servidor.

(Manifestações das galerias)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, Sr. Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Deputado Manoel Mota, do PMDB.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente, eu quero dizer o seguinte: o Deputado Joares Ponticelli não veio aqui fazer encaminhamento de votação, mas um discurso político. No Governo passado, eles tiveram quatro anos para dizer sim aos servidores e não o fizeram. Só enganaram, só mentiram!

O nosso Governo é um Governo sério, é um Governo que quer resgatar o servidor público de Santa Catarina. E por isso nós vamos votar sim ao projeto do Governo do Estado de Santa Catarina.

(Vaias das galerias)

O Sr. Deputado Nelson Goetten - Pela ordem, para encaminhamento de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Nelson Goetten, do PFL.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Eu quero deixar registrado nos Anais desta Casa ...

(Manifestações das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) (Faz soar a campainha) - Por gentileza, solicitamos a colaboração de todos, para ouvirmos o Deputado Nelson Goetten, para encaminhamento da votação, pelo PFL.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Obrigado. Eu quero deixar registrado nos Anais desta Casa que eu, de coração, quero fazer uma grande torcida para o sucesso do Governo, para o sucesso dos servidores públicos, a fim de que tenham a oportunidade de ser respeitados e reconhecidos pelo atual Governo e seus salários sejam de fato melhorados.

Mas também em respeito ao servidor público catarinense, em respeito ao meu mandato de Parlamentar, em respeito à Constituição deste País, eu me recuso a votar por 1% de aumento de salário! Voto não!

(Manifestações das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - A Presidência solicita que seja liberado o painel eletrônico, a fim de que os Srs. Deputados possam iniciar a votação, a partir dos seus terminais eletrônicos.

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o Deputado Antônio Ceron.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sr. Presidente, nós sabemos, evidentemente, qual será o resultado da votação. Sabemos que o projeto original do Governo será aprovado.

Mas nós gostaríamos, Sr. Presidente, e este é um dos motivos pelos quais eu vou justificar a minha postura e o meu voto, que nas futuras negociações a Assembléia Legislativa não se prestasse somente a homologar aquilo que vem do Poder Executivo.

Foi falado muito, no Plenário e nas Comissões, sobre as prerrogativas do Deputado, da possibilidade de, dentro do limite da lei, ouvindo os servidores públicos estaduais, tentar, na negociação livre e democrática, encontrar melhorias para os salários dos servidores.

(Manifestações das galerias)

Infelizmente, prevaleceu aquilo que prevíamos, ou seja, quase tudo o que está acontecendo hoje aqui, menos um detalhe. E confesso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que me surpreendeu o aplauso para 1% e a vaia para 2%. Isso me surpreendeu! Mas serve para nos alertar em futuras negociações e até para que os Líderes do Governo sejam também mais ouvidos. Inclusive quero registrar o empenho, o denodo e o trabalho do Deputado Herneus de Nadal para conseguir algo mais, mas também fracassou! Mas que nas futuras discussões possamos avançar nas propostas do Governo.

Já sabendo de antemão do resultado, quero dizer que meu voto é "não", em protesto à humilhante oferta de 1% que o Governo do Estado está dando aos servidores.

O Sr. Deputado João Rodrigues - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado João Rodrigues.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Sr. Presidente, gostaria apenas de fazer um registro, até porque ficou muito claro o encaminhamento do meu voto.

Gostaria de dizer a todos os servidores que aqui estão que espero que o voto que dei hoje não foi a favor do Governo. O voto que dei é para acabar com essa situação criada há mais de 90 dias. E espero que isso não se torne uma prática nesta Casa, de a cada ano votar um novo abono.

Por fim, quero dizer que o mesmo 1% que o PFL repudiou no Governo Federal é o mesmo que todos nós também não gostaríamos que fosse em Santa Catarina.

Portanto, a minha posição é muito clara: não estou votando a favor do Governo, mas acho que é melhor ter esse abono neste momento, eis que, conforme manifestação do Governo, se porventura não fosse aprovado o projeto hoje, infelizmente poderíamos não ter absolutamente nada durante esse ano.

(Vaias das galerias)

Então minha manifestação quanto ao meu voto é muito clara neste momento. O meu voto foi a favor do servidor do Estado. Não concordo com 1%, como também com o abono, mas não existe uma outra proposta que possa ser viável e efetivada pelo Governo.

Essa é a minha manifestação. E que isso não se torne uma prática do Governo do Estado, ou seja, abono em cima de abono. Que esse abono se transforme em curto espaço de tempo integrado ao salário do servidor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Fim dos encaminhamentos de votação.

Srs. Deputados, continua o processo de votação.

Solicito aos Deputados que concluem a votação.

Os Srs. Deputados que votarem "sim" aprovam o Projeto nº 222.2/2003, que fixa o índice de revisão salarial, e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA	não
DEPUTADO ANTÔNIO CERON	não
DEPUTADO CELESTINO SECCO	não
DEPUTADO CESAR SOUZA	sim
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	sim
DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA	sim
DEPUTADO DJALMA BERGER	sim
DEPUTADO EDUARDO CHEREM	sim
DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS	sim
DEPUTADO GENÍSIO GOULART	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO JOÃO PAULO KLEINÜBING	não
DEPUTADO JOÃO RODRIGUES	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	não
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JOSÉ PAULO SERAFIM	sim
DEPUTADO JÚLIO GARCIA	sim
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MAURO MARIANI	sim
DEPUTADO MARCO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NELSON GOETTEN	não

DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim
 DEPUTADO NILSON MACHADO sim
 DEPUTADA ODETE DE JESUS sim
 DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI sim
 DEPUTADO PAULO ECCEL sim
 DEPUTADO PEDRO BALDISSERA sim
 DEPUTADO RENO CARAMORI sim
 DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA sim
 DEPUTADO ROMILDO TITON sim
 DEPUTADO RONALDO BENEDET sim
 DEPUTADO SÉRGIO GODINHO sim
 DEPUTADA SIMONE SCHRAMM sim
 DEPUTADO VALMIR COMIN sim
 DEPUTADO VOLNEI MORASTONI sim
 DEPUTADO WILSON VIEIRA sim

Está encerrada a votação.

Temos 29 votos "sim" e sete votos "não".

Está aprovado o Projeto de Lei nº 222.2/2003, que fixa o índice de revisão salarial aos servidores públicos do Estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Dionei Walter da Silva.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. Presidente, quero fazer um registro de voto.

Nós defendemos desde o princípio a autorização para que o Governo, dependendo da sua condição financeira e dos limites prudenciais, concedesse o INPC do período. Não entendemos até agora a posição de servidores públicos.

(Manifestação das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Deputado Dionei Walter da Silva, só um instante, por gentileza.

Solicito a todos que continuem colaborando para que possamos ouvir o Deputado Dionei Walter da Silva, e vamos encaminhar imediatamente à votação do projeto de lei nº 223, que concede abono aos servidores públicos. A palavra está garantida ao Deputado Dionei Walter da Silva.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Não entendemos como algumas pessoas, servidores públicos, ficam felizes em perder a possibilidade de ter o INPC e aplaudir efusivamente 1%. Não entendemos. Ahamos que não estão defendendo os servidores públicos. Mas para que não sejamos novamente acusados, como fomos pela imprensa, de estar atrapalhando as votações, posicionamo-nos favoráveis a 1%, uma vez que perdemos a proposta original.

Apenas para que o Governo não tenha argumentos para mais uma vez enganar a população através da imprensa.

(Manifestação das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Discussão e votação do Projeto de Lei nº 223.3/03, que concede abono aos servidores públicos. Este projeto tem uma subemenda modificativa, que será votada em primeiro lugar.

O Sr. Deputado Wilson Vieira - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Wilson Vieira.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Sr. Presidente, quero também justificar o meu voto, uma vez que votei inicialmente a favor do substitutivo.

Quero dizer que a política de não pegar nada, já que é a única proposta que está em discussão é 1%, é uma política atrasada e ultrapassada no meu entendimento. Agora, o compromisso de luta tem que ser cada vez maior, para que o servidor público possa recuperar a sua defasagem salarial.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Portanto, em votação a subemenda modificativa ao Projeto de Lei nº 223, que por sua vez já tem um substitutivo global.

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Deputado Antônio Ceron.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sr. Presidente, é a discussão primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Não, Sr. Deputado, a discussão já foi feita.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - A discussão do Projeto nº 222.2! Esse é outro projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Desculpem, Srs. Deputados, a Presidência está sentindo que os presentes todos estão com muita pressa.

Está em discussão. Portanto, em discussão o projeto e as emendas. Uma emenda é um substitutivo global e há uma outra subemenda modificativa.

Em discussão o projeto e as emendas.

Com a palavra o Deputado Antônio Ceron, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sr. Presidente, Deputado Nilson Gonçalves, serei breve. V.Exa. está muito apressado e vou tentar atender a pressa de V.Exa. e quem sabe reduzir os meus 10 minutos.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Acho que a pressa é dos comissionados. Talvez eles queiram chegar na repartição para assinar o ponto de hoje ainda.

(Manifestação das galerias)

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sr. Presidente e Srs. Deputados, vou procurar fazer uma analogia entre o que nós acabamos de discutir e votar, para depois, de maneira objetiva, discutir o projeto 223, com o seu substitutivo e a sua subemenda, que é a do abono.

Mas para que a gente raciocine...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) (Faz soar a campainha) - Por gentileza, Deputado.

Solicito a colaboração de todos para que os Srs. Deputados possam se manifestar. Atenção, vamos garantir a palavra ao Deputado Antônio Ceron.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Lício Silveira, eu até entendo quando diversos Deputados assomaram à tribuna e falaram da situação econômica de Santa Catarina, das dificuldades que o Estado tem para poder atender a demanda toda da sociedade e principalmente que os servidores de Santa Catarina clamam por remunerações mais justas.

Eu entendo até quando o governante, seja do Estado ou do Município, na época da crise, na época de fechar a torneira, na época de não criar nada novo, exatamente prioriza centavo por centavo do que entra no Tesouro para investir nas suas prioridades.

Eu me exaltei até um pouco nas discussões nas Comissões, porque não é o exemplo de um Governo de Estado, o Governo de Santa Catarina, que bate o recorde absurdo, Deputado Celestino Secco, de criar 45 Secretarias de Estado. Nem São Paulo tem 45 Secretarias. Criaram 29 novas Regionais, que conseqüentemente criam quase 500 empregos.

A comunidade já rotulou essas Secretarias de cabides de emprego, onde não tem nada para fazer, onde só se faz meio expediente - menos mau, a despesa até é menor.

Este Governo do Estado montou uma mansão em Brasília, quando uma sala alugada, Deputado Dionei Silva, satisfaria plenamente os interesses de Santa Catarina. Um Governo que monta uma mansão em Brasília, um Governo que está gastando 50 milhões para montar um palácio...

Não é uma sala de escola, não é uma maternidade para crianças ou para mães adolescentes de Joinville. O que vai ser montado é um Palácio para o Governador.

Deputado Antônio Carlos Vieira, não é a nova ala da maternidade do Hospital São José que vai receber um aporte de 50 milhões. É um palácio. É o palácio no interior e não o de Santa Catarina. E aí viria ao encontro do plano de interiorização. É um palácio no interior da Ilha de Santa Catarina. Mas o que é pior: está comprando um prédio que é seu, que já é do Besc. E recorde-me que na campanha o Governador disse em alto e bom som que o Besc continuaria de Santa Catarina.

Estão gastando, sim, 50 milhões para montar um palácio em Santa Catarina. E oferece 1% ao servidor do Estado de Santa Catarina.

Não dá para entender. Quando se tem uma economia de guerra e fecha-se tudo, porque não tem dinheiro, tudo bem, até entendemos. Mas quando faz isso que falei, quando tem números, eis que a arrecadação cresceu 23%, quando tem um comprometimento abaixo de 44%, não dá para entender.

Mas quero falar do abono.

Em momento algum falamos que somos contrários ao abono. Somos favoráveis ao abono. Só tem uma diferença e é isso o que estamos discutindo na subemenda. Nós queremos que a partir de janeiro todos os servidores do Estado tenham o abono incorporado aos seus salários, com as vantagens decorrentes.

(Palmas)

Agradeço que estejam aplaudindo também, porque o que defendo vai defender também. Essa é a diferença, vamos ter 37, 38 ou 40 votos a favor do abono, mas só há uma diferença, quero o abono com incorporação a partir de janeiro. E digo mais, Deputados Joares Ponticelli e Afrânio Boppré, se o Governo do Estado tivesse feito uma contraproposta para nós de que não era possível em janeiro, mas era possível em fevereiro, em março, nós negociariamos, mas não nos foi dada a chance de negociação.

Por isso, quero dizer que vou votar favoravelmente ao abono. Primeiramente, com a incorporação a partir de janeiro. Se formos derrotados, vamos votar favoravelmente depois.

O Sr. Deputado Lício Silveira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Pois não!

O Sr. Deputado Lício Silveira - Deputado, V.Exa. deixou bem claro o nosso posicionamento. Nós não somos contra o abono.

Aquele Deputado que falou que a economia de Santa Catarina é igual à de São Paulo, à do Paraná, à do Rio Grande do Sul, à do Brasil, realmente não entende da economia local, ou seja, não entende de economia, porque as economias desses Estados são totalmente diferenciadas, Deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Para concluir, Sr. Presidente, só vou ler aqui a justificativa do Governador Eduardo Pinho Moreira, em exercício, para ser contra a incorporação. Vou fazer a leitura aqui, está no jornal de hoje, e quero que ouçam para ver o argumento do Governador para não incorporar o abono. Peço um pouco de silêncio.

(Passa a ler)

"Ao saber que a iniciativa partiu do Líder do PT, Deputado Afrânio Boppré, Eduardo Moreira tratou de liquidar qualquer expectativa de negociação imediata. Os abonos serão incorporados, e o Governo não tem dúvidas disso, mas não vamos ter que deixar esse compromisso por escrito só porque a Oposição quer."

Aqui está explicado: o Governo quer incorporar, mas na queda de braço não quer discussão. É contra esse tipo de coisa, que acho que tem que acabar. Não pode se falar em democracia, não pode se falar em negociação, não se pode falar em prerrogativa de Deputado, porque ele não dá uma chance para a negociação.

Sr. Presidente, concluo dizendo que voto favoravelmente ao abono com a incorporação que o Governo diz que pode dar mas que, por teimosia, não quer.

(Manifestações das galerias)

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Continua em discussão a subemenda modificativa ao Projeto de Lei nº 223 e o projeto também.

Com a palavra o Deputado Dionei Walter da Silva, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero só fazer um registro, não vou usar os dez minutos.

A afirmação durante todo o trabalho na imprensa é de que a Assembléia Legislativa quis protelar a votação. Mas através do Requerimento nº 607 os Deputados pediram regime de prioridade na tramitação dos projetos. Os Deputados pediram prioridade. Então, quem queria protelar?

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que votarem "sim", votam pela aprovação da subemenda modificativa, e os que votarem "não", votam pela sua rejeição.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, já não me surpreendo mais diante do que vi aqui hoje. Vi servidores e vi Deputados comemorando, vibrando, eis que ao invés de dar 19% vão dar 1%. E o que é pior: vi servidor que ao invés de ganhar 19% vai ganhar 1% e comemorava também.

Não vai me surpreender se agora, quando nós encaminharmos a votação "sim" - como o Governo quer pagar o abono até dezembro, para em janeiro incorporá-lo no contracheque -, se tiver servidor, os comissionados, de novo comemorando porque não vai ser incorporado.

Ai só tem uma explicação: é a certeza de que são comissionados e que certamente daqui a três anos e meio vão embora, portanto, não precisa incorporar.

Nós votamos a favor do substitutivo para a incorporação do abono a partir do mês de janeiro.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. Presidente, a tradição e a história deste Parlamento tem mostrado e comprovado através de todos os tempos que nós recebemos bem o servidor público, o comissionado e sobretudo o cidadão catarinense que vêm à Casa do Povo, Deputado Joares Ponticelli. Nós não podemos ser ofensivos com quem quer que seja que venha a este Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) (Faz soar a campainha) - Por gentileza, vamos garantir a palavra ao Deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. Presidente, de forma serena eu quero fazer mais uma afirmação, com base no art. 53 da Lei Maior, a nossa Constituição, que cuida dos direitos, dos deveres do cidadão, do Estado e das relações.

Está vazado nos seguintes termos o art. 53 da nossa Constituição Federal: os Deputados e Senadores são invioláveis civil e penalmente por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. Portanto, cada um de nós tem o discernimento, a autonomia e a prerrogativa de decidir favorável ou contrário a qualquer um dos projetos.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu encaminho contrariamente a subemenda, porque ela interfere na harmonia e na separação dos Poderes, e gera um custo de mais de 13 milhões de reais por mês. Por isso, peço o voto contrariamente à subemenda.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Pela ordem, Sr. Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Afrânio Boppré.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. Presidente, eu espero sinceramente que talvez num curto prazo o resultado da votação no dia de hoje seja corrigido com muita mobilização e luta do Magistério estadual.

Espero que da mesma forma, resolvido o assunto do Projeto de Lei nº 222 e do Projeto de Lei nº 223, o Governo não enrole mais. Estamos desafiando o Líder do Governo, Deputado Herneus de Nadal, para nos remeter amanhã o projeto de lei da Segurança Pública, que não pode mais ser usado como obstrução para a tramitação desta matéria.

Vamos trazer o debate agora para esta Casa, e nada como um dia atrás do outro para esclarecer.

E nós, Deputado Volnei Morastoni, Presidente desta augusta Casa, como dizia uma nobre companheira revolucionária, Rosa Luxemburgo, quanto mais escura a noite mais brilham as estrelas.

Quero dizer que estamos sabendo que neste momento estamos votando apenas uma data pré-definida, marcada, para que o abono se incorpore ao salário. Tem aqueles que discordam da possibilidade de incorporar ao salário.

Vamos passar quatro anos e vamos aguardar que esse projeto chegue na Assembléia Legislativa. E digo mais, Sr. Presidente, nós queremos dizer que o funcionalismo não vai levar para o túmulo este abono, porque mais cedo ou mais tarde ele será incorporado. E eu tenho absoluta certeza de que esta sessão no dia de hoje ficará na memória de todos nós.

Dizem que nós negamos a possibilidade de corrigir uma distorção praticada pelo Poder Executivo. Então, Sr. Presidente, volto a dizer que, assim como no Projeto de Lei nº 222, se é verdade que o Executivo fez esta Casa se curvar mais uma vez, não é o mesmo que ele vai fazer com a Bancada do Partido dos Trabalhadores. E por isso nós vamos votar favoravelmente a este substitutivo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Continua em votação.

Os Srs. Deputados que votarem "sim" aprovam esta subemenda modificativa, e os Srs. Deputados que votarem "não" rejeitam a subemenda que fixa prazo para a incorporação do abono.

O processo de votação será pelo placar eletrônico.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	não
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO CERON	sim
DEPUTADO CELESTINO SECCO	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA	não
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	não
DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA	sim
DEPUTADO DJALMA BERGER	não
DEPUTADO EDUARDO CHEREM	não
DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	não
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	não
DEPUTADO JOÃO PAULO KLEINÜBING	sim
DEPUTADO JOÃO RODRIGUES	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	não
DEPUTADO JOSÉ PAULO SERAFIM	sim
DEPUTADO JÚLIO GARCIA	não
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MAURO MARIANI	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NELSON GOETTEN	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO NILSON MACHADO	sim
DEPUTADA ODETE DE JESUS	não
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	não
DEPUTADO PAULO ECCEL	sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO RONALDO BENEDET	não
DEPUTADO SÉRGIO GODINHO	não
DEPUTADA SIMONE SCHRAMM	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	não
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim
DEPUTADO WILSON VIEIRA	sim

Temos 13 votos "sim" e 22 votos "não".

Portanto, está rejeitada a subemenda modificativa.

Agora, Srs. Deputados, vamos proceder à votação do substitutivo global.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, Sr. Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, mais uma vez vi aqueles que não representam legitimamente o servidor catarinense aplaudindo o seu prejuízo.

(Manifestações das galerias)

Mas nós vamos continuar aqui. Como disse, em abril do ano que vem, Sr. Presidente, vence novamente o prazo da reposição salarial. Vamos ver se até abril do ano que vem o Governo terá cumprido o que prometeu.

Essa é uma das diretoras de Tubarão que eu falei. Essa é diretora, em Tubarão. Está gazeando o trabalho. Para quem não conhece, só para informação, ela é diretora de uma escola e a irmã de outra. São duas da mesma família, Deputado Afrânio Boppré. É mais um caso de nepotismo do PMDB. São duas. Está gazeando, e a escola dela está sendo muito criticada pelo péssimo trabalho que está sendo feito. Deveria estar ela cuidando do serviço, do trabalho.

Agora, eu quero ver se o pagamento dela vem integral, ou se vão descontar como dessas professoras que aqui estão, pois ameaçaram de descontar o dia de hoje. Quero ver se essa diretora vai receber integral. Essa eu vou vigiar.

(Manifestações das galerias)

Quero dizer, Sr. Presidente, que respeito o servidor. Nós fomos vencidos no voto. Mas nós temos responsabilidade, e o professor, o servidor público aguardam pela reposição desde abril. Esse Governo está judiando.

É evidente que nós não vamos ser irresponsáveis. É evidente que nós queremos, conforme esse documento, o compromisso de que daqui a cinco dias úteis será depositados na conta do servidor os dois meses de abono.

Por isso o nosso voto agora é sim ao abono e vamos continuar brigando.

(Manifestações das galerias)

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Ronaldo Benedet.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. Presidente, nós estamos nesta Casa, e vai ficar registrado nos Anais que o Deputado Joares Ponticelli desrespeitou cidadãos que aqui vieram, pessoas de Tubarão. Ele não pode fazer isso. Só porque é pessoa da cidade dele, ele não pode ter desrespeito a uma pessoa de bem.

(Manifestações das galerias)

O Deputado Joares Ponticelli se passou. Tem que respeitar o cidadão. Só quem está do lado dele é que pode vir aqui? Quem é contra ele não pode? Então, isso tem que ficar muito claro: o respeito ao cidadão. Não pode ficar agredindo uma professora, colega dele de trabalho, só porque ela não concorda com ele. Se não veio aqui para aplaudi-lo, ele não concorda. Isso tem que ficar registrado. E tem de ser retirada a agressão que ele fez a uma professora e às pessoas de tubarão.

(Manifestações das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Por gentileza, Deputado Joares Ponticelli, a sessão está transcorrendo com normalidade até agora, e faço um apelo, estamos em encaminhamentos de votação, para que possamos dar continuidade.

(Manifestações das galerias)

Esta Presidência consulta os Srs. Líderes sobre um entendimento que foi transmitido à Mesa, no sentido de que seria dispensada a votação desse substitutivo global, para que pudéssemos votar imediatamente o projeto de lei.

Consulto os Srs. Líderes partidários se há algum entendimento em contrário, para que se fique... Não há necessidade de votação do substitutivo global, e podemos votar diretamente, imediatamente o Projeto de Lei nº 223.

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Antônio Ceron.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Gostaria de consultar o Deputado Afrânio Boppré para saber se ele concorda com a suspensão da votação, porque da minha parte não há problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Esta Presidência solicita a manifestação do Sr. Deputado Afrânio Boppré, como um dos autores das Lideranças que encaminharam esse substitutivo global.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. Presidente, achamos que está prejudicado em decorrência da votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Em votação o Projeto de Lei nº 223.3/2003, que concede abono aos servidores públicos do Estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Pela ordem, para encaminhamento de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Antônio Ceron.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Nós tentamos de todas as formas que tínhamos a nossa disposição uma melhoria do abono, inicialmente atendendo o Sinte, que gostaria que o Magistério fosse revertido em aumento na folha de 12.35%, 12.38%.

Não foi possível! Tentamos avançar numa alternativa na forma da subemenda, substituindo o substitutivo global ao Projeto de Lei nº 223, dando a oportunidade para que o Governo incorporasse no mês de janeiro.

Infelizmente fomos derrotados aqui de maneira democrática, e nós aceitamos o resultado. Encaminho a votação favorável ao abono, até porque desde o início nunca tivemos dúvida de sermos favorável ao abono.

Mas para concluir, Sr. Presidente, gostaria de pedir desculpas ao funcionário de Santa Catarina, porque tentei melhorar o seu salário e não foi possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Srs. Deputados, quero comunicar que baseado no art. 91 do Regimento Interno esta sessão está automaticamente prorrogada até o fim desta votação.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Pela ordem, para encaminhamento de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Nós pedimos o voto favorável ao projeto, que vai permitir, Sr. Presidente, o pagamento do reajuste e dos abonos cinco dias após a publicação da lei no Diário Oficial e não cinco dias a partir de hoje.

Esta é a proposta que está escrita, até para que se dê clareza. Então, o nosso voto é sim para que se coloque R\$300,00 na conta do servidor.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Afrânio Boppré.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - A Bancada do PT entende que o debate sobre o abono não é uma questão de princípio, nós reconhecemos que abono não é política salarial, abono é uma circunstância emergencial.

Confesso que o Executivo não me convenceu dessa emergência. No entanto, foi dito reiteradas vezes que o PT não queria o abono, quando não era verdade, até porque para o conjunto do funcionalismo civil, militar, pensionistas, ativos e inativos em geral nós já havíamos concordado na votação, na Comissão de Constituição e Justiça, depois reiterado na Comissão de Finanças e Tributação, consumado na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, de que éramos favorável.

No entanto, para preservar uma conquista de 12 anos de luta, de muitas greves do movimento dos trabalhadores de Educação, especialmente o Magistério, nós não queríamos a aplicação do abono para não distorcer a tabela salarial, para preservar uma conquista que não é dos professores, é da sociedade catarinense.

Infelizmente, mais uma vez o Governo tornou-se intransigente. E todos nós sabemos que a diferença na tabela do Magistério é apenas de um para três salários e não de um para 70 vezes, como mentirosamente difundiram pelos veículos de comunicação, e que não se vai fazer justiça com a aplicação desse abono.

Não nos resta neste momento, para não dizer que o PT se posicionou contra o abono, a não ser a Bancada do Partido dos Trabalhadores votar favoravelmente a esta matéria.

Por isso, na condição de Líder, oriento a votação favorável.

Muito obrigado.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Pela ordem, Sr. Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - A Bancada do PMDB encaminha o voto "sim", porque conhece o Governador Luiz Henrique da Silveira e o vice Eduardo Pinho Moreira. Portanto, confio que nos próximos dias estará aportando nesta Casa o projeto da Segurança, como em bem pouco tempo também estará aqui o projeto da Saúde, assim como o da Educação.

A Bancada do PMDB encaminha o voto "sim" porque sabe que o abono é dinheiro no bolso daquele que ganha menos.

O PMDB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Em votação o Projeto de Lei nº 223.3/03.

Os Deputados que votarem sim aprovarão o projeto e os que votarem não rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO CERON	sim
DEPUTADO CELESTINO SECCO	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA	sim
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	sim
DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA	sim
DEPUTADO DJALMA BERGER	sim
DEPUTADO EDUARDO CHEREM	sim
DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim	DEPUTADO VALMIR COMIN	sim	O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Wilson Vieira.
DEPUTADO JOÃO PAULO KLEINÜBING	sim	DEPUTADO VOLNEI MORASTONI		O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Sr. Presidente, quero justificar a minha mudança de voto em relação à primeira votação, deixando claro, como ex-Vereador de Joinville, que em três mandatos que estive naquele Poder nunca vi o atual Governador incorporar um abono.
DEPUTADO JOÃO RODRIGUES	sim	DEPUTADO WILSON VIEIRA	sim	Então, vamos ter que orientar os servidores para que lutem, para que saiam do ataque a este Poder e atirem no alvo certo, eis que para arrancar a incorporação do abono terão que conseguir uma proposta do Executivo e não do Legislativo.
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim			Votei favorável também porque não concordo com a política do quanto pior melhor. Entre tudo ou nada, é preferível pegar o que se tem na mão no momento.
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim			O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Antes de encerrar a presente sessão esta Presidência convoca outra, solene, às 19h, em homenagem ao Dia Nacional do Idoso.
DEPUTADO JOSÉ PAULO SERAFIM				Está encerrada a presente sessão.
DEPUTADO JÚLIO GARCIA	sim			
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA	sim			
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim			
DEPUTADO MAURO MARIANI	sim			
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim			
DEPUTADO NELSON GOETTEN				
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim			
DEPUTADO NILSON MACHADO				
DEPUTADA ODETE DE JESUS	sim			
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	sim			
DEPUTADO PAULO ECCEL	sim			
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim			
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim			
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim			
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim			
DEPUTADO RONALDO BENEDET	sim			
DEPUTADO SÉRGIO GODINHO	sim			
DEPUTADA SIMONE SCHRAMM	sim			

ATA 027ª DA SESSÃO SOLENE

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA

EM 24 DE SETEMBRO DE 2003

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

As dezenove horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Afrânio Boppré - Djalma Berger - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Manoel Mota - Onofre Santo Agostini - Reno Caramori - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Para compor a mesa, nós convidamos as seguintes autoridades: Deputado Djalma Berger, Autor do requerimento, que propôs a realização desta sessão; Sr. Ivanildo Leite, Secretário Adjunto do Desenvolvimento Social e do Meio Ambiente, representando, neste ato, o Sr. Secretário; Sr. Hélio Abreu Filho, Presidente do Conselho Estadual do Idoso; Sra. Rose Berger, esposa do Prefeito de São José; Sra. Adriana Berger, esposa do Deputado Djalma Berger; Tenente Antônio César Paraguaçu, representando o Comandante da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada, e Sra. Maria Eli Arruda Will, Presidente da AVJAS.

Gostaríamos, ainda, de registrar a presença do nosso ilustre Deputado Manoel Mota e, com muita alegria, registrar a presença das rainhas da melhor idade.

A presente sessão foi convocada por solicitação do ilustre Deputado Djalma Berger em homenagem ao Dia Nacional do Idoso. Por isso, cumprimento o excelentíssimo Deputado pela iniciativa, porque seu gesto é o reconhecimento às pessoas com mais experiência, que muito ajudaram o Brasil a crescer.

Infelizmente, Presidente Hélio, muitas vezes o cidadão, o ser humano, as autoridades não lembram de dizer às pessoas da terceira idade muito obrigado por vocês existirem e termos um País livre, democrático, uma Santa Catarina bela,

termos São José, a Grande Florianópolis e as nossas cidades desenvolvidas.

Por isso, quero dizer que devemos tudo isso a vocês, que vieram antes de nós, para fazerem este País crescer e se desenvolver.

Então, em meu nome pessoal, em nome do excelentíssimo Sr. Presidente Volnei Morastoni, que por ter outro compromisso não pôde presidir esta sessão, e em nome dos 40 Deputados da Assembléia Legislativa, queremos demonstrar o nosso reconhecimento, a nossa gratidão e o nosso respeito.

Convido a todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino Nacional, interpretado pelo Coral da Assembléia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva. (Procede-se à execução do Hino Nacional.)

Esta Presidência registra ainda a presença das Sras. Cleusa A. Meurer, neste ato representando a Senadora Ideli Salvatti; Iracema Pedrosa Sales, neste ato representando o Secretário de Estado da Saúde Fernando Agostini; Márcia da Rocha, coordenadora do Grupo dos Idosos, representando a Prefeitura Municipal de Indaial; Vereadora Maria Salete Correia, do Município de Palhoça, e do Vereador Lídio Coelho, do Município de São José.

Concedo a palavra ao Deputado Djalma Berger, Autor do requerimento que ensejou a presente sessão solene.

O SR. DEPUTADO DJALMA BERGER - Sr. Presidente, Srs. Deputados que nos prestigiam com sua presença; senhoras e senhores; senhores idosos; senhores representantes dos grupos de idosos; senhores padrinhos; senhoras madrinhas dos grupos de idosos; imprensa em geral, demais pessoas que nos acompanham neste momento; Srs. Vereadores; Srs. Suplentes,

ou seja, todas aquelas pessoas que de uma forma ou de outra contribuíram para que hoje estivéssemos aqui prestando uma justa homenagem àquelas pessoas que por tanto tempo nos ajudaram, nos ensinaram e procuraram transmitir a nós um pouquinho do seu conhecimento, para que nos tornássemos pessoas cada vez melhores e cada vez mais produtivas à sociedade catarinense, à sociedade como um todo.

(Passa a ler)

"No dia 27 de setembro o Brasil inteiro reconhece e celebra o Dia dos Idosos. Por esta razão, estamos também aqui reunidos prestando uma homenagem aos vários grupos de idosos dos Municípios que compõem a região da Grande Florianópolis, pois a memória é o conceito vivo da tradição. É o pressuposto da cultura, no sentido do trabalho acumulado e refeito através da história.

Nosso País registra o crescimento de uma parcela da população de grande importância que é a dos idosos.

Dados do IPEA indicam, por exemplo, que, enquanto em 1940 2,4% da população brasileira tinha mais de 65 anos de idade, este percentual subiu para 5,8%, em 2000.

Podemos dizer que mais do que dobrou, durante o período, o número de pessoas sexagenárias, experientes e que em muito colaboraram para o engrandecimento da Nação com suas atividades, sua experiência e seu esforço.

Em Santa Catarina, de acordo com dados do censo de 2000 feito pelo IBGE, já são mais de 60 mil pessoas entre 65 e 69 anos de idade. E a perspectiva é de que este contingente cresça.

As políticas públicas que garantiram direitos dos idosos já evoluíram consideravelmente e hoje dispomos de

facilidades nos locais públicos como ônibus ou em agências bancárias, mas devemos nos organizar, a fim de alcançar maior proteção e respeito por quem já serviu e ainda tem muito a ensinar, através de seu conhecimento e vivência.

A população dessa faixa etária já percebeu a necessidade de se mobilizar e arregaçar as mangas, fazendo a sua parte sem esperar pela máquina administrativa que, muitas vezes, não consegue atender à demanda de forma satisfatoriamente.

Em vez de amargar uma velhice monótona e triste, os idosos, cada vez mais, estão se envolvendo ativamente com ações no meio em que vivem, realizando seminários, participando de cursos de todos os tipos e interagindo permanentemente com o meio em que vivem.

As iniciativas tomadas por parte das diversas instituições vêm ao encontro dessa oportunidade que deveria ser abraçada por toda a sociedade: desfazer o preconceito em torno da pessoa idosa e trazê-la ao merecido lugar de dignidade e respeito social.

Não há como deixar de confessar que uma das maiores alegrias que sentimos no nosso dia-a-dia é o relacionamento próximo e permanente com as pessoas da terceira idade da nossa região."

Recentemente, tivemos a oportunidade de sermos convidados para padrinho de um grupo de idosos do nosso querido e próspero futuro e brilhante Município de Biguaçu.

"E ao mesmo tempo que procuramos dispensar a eles todo o carinho e atenção, pois são pessoas importantes e encantadoras, deles recebemos o incentivo para continuar o trabalho, aprendendo mais e mais lições de bem viver.

Os idosos, apesar da maturidade e de todas as barreiras encontradas ao longo do caminho, conseguem erguer a sua bandeira de otimismo. Possuem a força impulsionadora do mundo, por conta das experiências inigualáveis que diariamente experimentam. Cada ruga no rosto revela uma história.

Hoje, há um grande incentivo para que nossos idosos não caiam no sedentarismo e se mantenham em forma, desenvolvendo atividades constantes e, especialmente, aproveitando para se confraternizar com os amigos.

Desta forma, previnem males que, de outra forma, costumam abater a classe mais experiente e apresentam um viver mais saudável.

As caminhadas são mais do que simples eventos, porém, uma demonstração clara de que o tempo da 'vovó sentada' já era. Os tempos da melhor idade são outros.

O aspecto intelectual tem sido também uma prioridade, sobretudo com a criação de cursos em instituições de ensino superior que já possibilitam a inclusão de idosos na faculdade, mostrando que nunca é tarde para se obter uma graduação e, quem sabe, continuar no caminho do saber.

O Dia Nacional do Idoso, portanto, é uma data para se comemorar, comemorar as mudanças, a organização, o empenho dos idosos que não ficam esperando providências dos órgãos públicos diante das dificuldades que enfrentam como classe,

agindo em seu favor e buscando parcerias criativas para permanecerem sempre presentes e na vida de nossa sociedade.

Esta sessão solene é mais do que uma homenagem. Trata-se, acima de tudo, do reconhecimento desta Casa de que os idosos merecem todo o nosso respeito, consideração e amparo, e estamos prontos para agir através de projetos e contatos com todos os órgãos da nossa cidade civil organizada.

Que esta comemoração estimule a participação ativa dos idosos em direção à construção de uma sociedade para todas as idades, pois essa solenidade almeja alcançar o êxito de uma legítima celebração da maturidade, a esperança da reconquista da auto-estima, integração e harmônica convivência social, conduzindo ao encantamento da longevidade como um brinde a todas as gerações catarinenses desde o início deste milênio.

A todos os que já têm feito muito nesta vida, sejam homens ou mulheres, fica o caloroso abraço e o nosso desejo de que as entidades representativas dos idosos possam continuar com esse trabalho de êxito e gerador de resultados tão concretos.

Quem ganha somos todos nós, pois a harmonia entre os mais experientes e mais jovens só traz benefícios para uma sociedade que espera se desenvolver harmonicamente.

Muito obrigado!"

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Esta Presidência esclarece que o Dr. Evaldino Leite está representando também neste ato o excelentíssimo Sr. Governador do Estado Eduardo Pinho Moreira, que não pôde se fazer presente por outro compromisso já assumido.

Registramos ainda a presença das Sras. Clotilde Bernadete Zanzi e Emília Margarette Gomes, representando o Prefeito de Criciúma e o Conselho Municipal do Idoso, bem como da Sra. Elaine Otto, Presidente do Conselho Municipal do Idoso de Florianópolis.

Neste momento, convido o Deputado Djalma Berger para assumir a Presidência, para que eu possa fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Djalma Berger) - Com a palavra o Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Ilustre Deputado Djalma Berger, que neste ato está presidindo esta sessão; prezado Deputado Manoel Mota; prezados amigos, respeitáveis senhoras, infelizmente, daqui a alguns minutos, terei que me ausentar porque tenho outro compromisso.

É meu dever também vir aqui prestar uma homenagem às pessoas as quais chamamos de idosas. Quero, primeiramente, cumprimentar o ilustre Deputado pela feliz idéia.

É uma pena, Deputado Djalma Berger, que esta Casa não está lotada de Deputados e autoridades.

Deveria esta sessão ser televisada ao vivo para mostrar a Santa Catarina que este Poder, através de uma ação do Sr. Deputado Djalma Berger, reconhece o trabalho que vocês já fizeram em favor do Brasil.

Também registramos a presença do Sr. Deputado Genésio Goulart, que vem prestigiar este evento.

Ainda bem, Deputado Djalma Berger, que as pessoas que nós chamamos de terceira idade, ou melhor idade, ou idosa, no longo da sua história, começaram a melhorar a sua situação.

Eu me lembro bem que quando me elegi pela primeira vez Deputado, em 1990, coube a mim apresentar um projeto de lei e torná-lo lei em Santa Catarina, único Estado do Brasil que tem uma lei. Digo isso com muito orgulho. E essa lei foi apresentada por mim e sancionada pelo então Governador de saudosa memória Wilson Pedro Kleinübing, para que o idoso tenha atendimento prioritário em Santa Catarina, nas casas de saúde, nos bancos, ônibus, hospitais. A lei assim determina.

Deputado Djalma Berger, eu fiz essa lei, mas quero aqui confessar a todos que não foi a lei que me deixou feliz, porque eu queria, Srs. Deputados, que essa lei fosse oriunda do sentimento humano, o qual daria surgimento a uma lei que daria à pessoa que nós chamamos idosa o nosso reconhecimento. Não por força de lei, deveria vir do nosso sentimento, deveria brotar no coração e na alma de cada brasileiro em reconhecimento a vocês pelas benfeitorias que já fizeram em favor da nossa Pátria e da nossa terra.

Se me permite, caro Presidente, eu gostaria de contar uma pequena história que me passou pela mente, para que neste momento tão importante nós possamos homenageá-los.

Dizem que no Canadá existe uma disputa muito grande de um troféu chamado Lenhador. Troféu esse que, ao longo da história, uma só pessoa velha ganhava. Seu João Pereira dos Anjos, com mais de 70 anos, ganhava o troféu o Lenhador. É um campeonato tão importante quanto o campeonato de futebol no Brasil.

Começa às 6h, no machado, quem mais lenha corta. Como o Sr. João vivia ganhando constantemente esse troféu, um jovem preparou-se para vencer o campeonato. Uma pessoa jovem disse: este ano vou ganhar o campeonato do Sr. João.

Preparou-se física e psicologicamente e foi para a disputa. Com o dia já marcado, foi iniciado o campeonato. Começaram a bater o machado e o jovem notava que de vez em quando aquela pessoa de idade sentava, tomava água, descansava e ele continuava batendo o machado.

Final da tarde, 18h, foram medir a lenha e mais uma vez ganhou o velho. O jovem não se conformou. "Não descansei nenhuma vez, não tomei água nenhuma vez, bati o machado sem parar um segundo sequer, como é que esse velho ganhou o campeonato?" Foi falar com o Sr. João e pediu para que lhe explicasse como é que mais uma vez tinha ganhado esse campeonato quando não tinha descansado um minuto sequer. O Sr. João olhou para o jovem e disse: "é, meu filho, quando você pensou que eu sentei para descansar, era para afiar o meu machado. Quando você pensou que eu tomei água, era para colocar água no fio do meu machado para ele ficar sempre aceso".

Será, brasileiros e catarinenses, que não está na hora de sentarmos um pouquinho para afirmarmos o nosso machado da vida? de amolarmos o fio do nosso machado da vida para podermos reconhecer as pessoas que nós chamamos de idosa? Será que não está na hora de nós, homens públicos, sociedade brasileira, começarmos a reconhecer que a pessoa que estipulamos como idosa foram, sem dúvida alguma, os grandes desbravadores desta Pátria brasileira.

Por isso, a minha homenagem a cada um de vocês.

E se me permitam, também, poder elevar o meu pensamento ao Criador para prestar uma homenagem de igual forma aos nossos antepassados, àqueles que vieram antes do que nós, àqueles que não podem estar fisicamente aqui, mas, quem sabe, estão espiritualmente. Esses nossos antepassados, olhando, na Assembléia Legislativa, poderiam dizer ao ilustre Deputado Djalma Berger: obrigado, Deputado, porque V.Exa. reconhece os nossos descendentes, as pessoas que lutam por um Brasil melhor, por uma sociedade mais justa.

Que bom seria, senhores e senhoras, se não tivéssemos o Dia Nacional do Idoso. Devia ser todos os dias, porque aprendi na Igreja Católica que pratico que um dos maiores pecados da humanidade é a ingratidão.

Por isso me permitam, prezados jovens, em meu nome pessoal, em nome deste Poder, em nome dos 40 Deputados, pedir perdão a cada um de vocês pelas vezes que fomos ingratos, não estendemos a mão e, às vezes, por um gesto de ingratidão, não demos a devida atenção.

Perdoem-nos, porque tenho certeza absoluta de que o nosso Pai Celestial haverá de, no dia da nossa prestação de contas, no dia do nosso chamado, também soar os clarins. Não que vão tocar o Hino Nacional, aqui muito bem celebrado pelo nosso coral, coral amador que, gratuitamente, vem aqui abrihantar esta nossa festa, mas que os clarins da vitória, os clarins de Deus haverão de receber cada um de vocês.

Por isso meu respeito e a minha admiração.

Antes de encerrar o meu pronunciamento, permitam-me, queridas mães, esposas, filhas, companheiras, parceiras que aqui estão hoje que eu também leve o meu pensamento à nossa querida padroeira do Brasil, a Imaculada Conceição de Aparecida.

Que ela também abençoe cada uma de você, mulher, pela luta, pelo trabalho, pela construção de um lar, de uma sociedade e de uma família.

Que Deus nos ajude e abençoe cada um de vocês.

Que não seja o dia 28 de setembro o Dia Nacional do Idoso, que seja todo o dia o respeito e a admiração a cada uma de vocês.

Parabéns, Deputado, felicidade e que Deus nos ajude.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO DJALMA BERGER - Agradecendo as palavras do nosso Deputado Onofre Santo Agostini, gostaria também de convidar para falar, em nome dos Deputados, o nosso querido e dileto amigo Deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Excelentíssimo Deputado Djalma Berger, Autor do requerimento que ensejou a presente sessão solene, quero cumprimentar V.Exa. porque este dia, com certeza, será um dia marcante na vida de todos nós com essa coisa linda que está acontecendo aqui com a presença desse número de idosos tão significativo nesta sessão tão bonita;

Excelentíssimo Sr. Hélio Abreu Filho, digníssimo Presidente do Conselho Estadual dos Idosos;

Excelentíssimo Sr. Valdino Leite, digníssimo Secretário-Adjunto da Secretaria do Desenvolvimento Social e Meio Ambiente, representando nesse ato o Governador do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssima Dra. Adriana Berger, esposa do Deputado Djalma Berger, digníssima Procuradora do Estado;

Excelentíssima Sra. Maria Eli Arruda; Presidente da AVJAS;

Excelentíssimo Tenente Antônio Cesar Paraguaçu, neste ato representando o Comandante da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada;

Srs. representantes da mesa; Srs. Deputados Genésio Goulart e Onofre Santo Agostini.

Desejo saudar essas belezas que estou vendo, os Clubes de Mães da Terceira Idade da Grande Florianópolis - estão aqui em massa - uma de azul, outra de vermelho e outra de branco, trazendo um colorido muito especial nesta noite tão bonita.

Eu sou o Deputado Manoel Mota, irmão de Edi Mota de Oliveira, que vocês conhecem. Temos um carinho muito especial por todas vocês.

Eu já tinha um compromisso agendado, mas o Deputado Djalma Berger foi ao meu gabinete convidar-me para vir participar, e eu não duvidei. Tive que vir aqui trazer um abraço e dizer que vocês são para nós e para o povo de Santa Catarina uma lição de vida.

Hoje, o dia inteiro discutimos projetos significativos para o Governo do Estado de Santa Catarina, fruto daqueles que já trabalharam, que prestaram relevantes serviços, que deram condições para que pudéssemos trabalhar na tarde de hoje, que são vocês.

As senhoras significam uma parte do passado e o presente vivo. O que seria de nós se não tivéssemos essas pessoas que construíram Santa Catarina com luta, trabalho e dedicação?

Nós já pegamos tudo pronto, Deputados Djalma Berger e Genésio Goulart, porque tivemos os desbravadores que lutaram, que derramaram lágrimas e sangue para que tivéssemos uma Santa Catarina querida como temos.

Por isso, quero hoje, aqui, render as minhas homenagens, e dizer que esta sessão solene é memorável, inesquecível para o Dia do Idoso, que será no dia 27.

Cumprimento o Deputado Djalma Berger esse grande amigo e conselheiro, porque organizou, com a sua equipe, esse bonito encontro que estamos vivendo hoje. Eu louvo a sua iniciativa.

Quero parabenizar todos os idosos e dizer que a juventude precisa se espelhar nessa lição de vida, assim como todos nós. Se me perguntassem o que mais me chama a atenção da minha vida, com certeza saberia dizer com facilidade.

Gostaria de saudar também o nosso coral, que em cada sessão solene dá um colorido muito especial aos nossos trabalhos.

Se este Deputado tivesse que tirar o chapéu neste instante, diria que tirava o chapéu para os idosos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO DJALMA BERGER - Neste momento, convidamos o aluno da Cidade da Criança, de São José, Yuri José Fernandes, que declamará a poesia Homenagem aos Avós.

O JOVEM YURI JOSÉ FERNANDES - (Passa a ler)

“Quem é que deixa fazer tudo que a mamãe nunca deixou?

É a vovó e o vovô!

O vovô não fica sério

Faz o tipo brincalhão

É a vovó quem manda o tédio

Passear, lamber sabão.

A criançada pinta o sete

Faz o avô de cavalinho

A vovó brinca de pique

De boneca e de carrinho.

Hambúrguer no almoço

E sorvete no jantar

Dormir sem tomar banho

Só os avós que vão deixar.

Quem te livra do castigo

E te deixa ver televisão?

E não briga com a roupa

Espalhada pelo chão?

A mamãe fica zangada

Com tamanha confusão

Se os avós liberam tudo

A bomba estoura em sua mão.

Mas no fundo ela entende

Que é uma prova de amor

Pois eles sabem tudo

A vida já lhes ensinou

Aprendemos a lição

Que os avós são outros pais

Que tem a gente no coração.”

(Autor desconhecido.)

(Palmas)

O SR. DEPUTADO DJALMA BERGER - Muito obrigado, Yuri.

Dando continuidade às homenagens, temos agora a apresentação dos grupos de idosos.

Convido o Grupo de Idosos de Capoeiras, de Florianópolis, para interpretar a música Rancho de Amor à Ilha, símbolo da nossa cidade.

Convido a todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino da cidade, Rancho de Amor à Ilha.

(Procede-se à execução do Hino Rancho de Amor à Ilha.)

Agradecemos ao nosso grupo de idosos de Capoeiras, que interpretou uma das mais belas músicas já feitas no Brasil.

Agradecemos também ao nosso amigo Deglauer, suplente de Vereador de Florianópolis, pela sua ajuda em trazer até aqui esse grupo de idosos do querido bairro de Capoeiras.

Convidamos o Grupo de Idosos da Igreja Santa Isabel, de São José para interpretar a música Pé da Letra. O grupo foi vencedor do Primeiro Festival de Talentos da Terceira Idade, realizado naquele Município. De 22 grupos ele foi escolhido o melhor grupo musical. O evento foi realizado no Shopping Itaguaçu. Nós vamos ter a oportunidade, agora, de apreciar o grupo.

(Procede-se à apresentação do grupo.)

(Palmas)

Além de agradecer, nós gostaríamos de parabenizar o Grupo de Idosos da Igreja Santa Isabel que, sem dúvida alguma, mereceu o primeiro lugar no concurso de talentos da terceira idade, realizado na nossa querida cidade de São José.

Convidamos, agora, o grupo de idosos "As Fantásticas", de São José, segundo colocado no concurso de talentos da terceira idade, para interpretar a música "Saúde".

(Procede-se à execução da música.)

(Palmas)

Parabéns às fantásticas senhoras, grupo segundo colocado no Festival de Talentos da Terceira Idade, realizado no Município de São José.

Agradecemos muito a presença e pela apresentação das senhoras aqui na nossa sessão solene.

Concedo a palavra a Sras. Rosemary Berger, esposa do nosso Prefeito de São José, Primeira-Dama do Município e Secretária do Desenvolvimento Social, que tem um grande trabalho realizado nessa área dos idosos.

Antes, gostaria de convidar o Sr. Deputado Manoel Mota, para que assuma a condução dos trabalhos desta sessão, enquanto procedemos algumas homenagens.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Com a palavra a Dona Rosemary Berger, Primeira-Dama do Município de São José.

A SRA. ROSEMARY BERGER - Boa-noite a todos.

Gostaria, inicialmente de cumprimentar o Deputado Djalma Berger, Autor do requerimento que ensejou a presente sessão e, ao mesmo tempo, parabenizá-lo por esta iniciativa, porque, com certeza, muitos dos nossos idosos estão tendo a oportunidade, pela primeira vez, de entrar nesta Casa, que é democrática e que é do povo;

Gostaria de cumprimentar também o amigo Hélio Abreu Filho, Presidente do Conselho Estadual do Idoso, nosso companheiro de luta e de batalha;

Excelentíssimo Sr. Evaldino Leite, Secretário-Adjunto do Desenvolvimento Social e Meio Ambiente, representando o Governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira;

Excelentíssima Sra. Adriana Berger, esposa do Deputado Djalma Berger e Procuradora do Estado;

Ilustríssima Sra. Maria Eli Gonzales, Presidente da AVJAS, nossa querida amiga, representando nessa mesa todas aquelas lindas moças de vermelho que estão nas galerias.

Em São José temos 120 batalhadoras, (coordenadoras e voluntárias); trinta e seis grupos de idosos e 2.600 idosos cadastrados. Temos muito orgulho disso, porque é dessa forma que conseguimos fazer esse trabalho tão bonito para a terceira idade.

Queremos também cumprimentar o Tenente Antônio Cesar Paraguaçu, representando o Comandante da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada.

Gostaria de cumprimentar também os Vereadores e Suplentes de Vereadores que se fazem presentes aqui nesta noite; os funcionários da nossa Prefeitura de São José, assim como de todas as outras Prefeituras - Biguaçu, Santo Amaro, Palhoça, Florianópolis e outras - aqui presentes, que também se empenham para fazer um trabalho bonito para a terceira idade, e vocês, nossos queridos idosos, os maiores homenageados desta noite.

Se você quiser saber como é o caráter de uma pessoa, veja como ela trata os seus pais.

Nós temos em São José aproximadamente 26 projetos e 48 programas de ação social voltados também para a terceira idade.

Quando Dário Berger assumiu a Prefeitura, implantamos o Lanche do Idoso, que é uma ajuda mensal a todos os 36 grupos para as reuniões que fazem em suas comunidades, todas as semanas.

Também implantamos - e naquela época o Deputado Djalma Berger ainda era Secretário de Obras do Município de São José - o Centro de Convivência do Idoso, onde todos os dias levamos os grupos de idosos. Alguns grupos que estão aqui presentes já tivemos o privilégio de recebê-los em nossa casa. Gostaríamos de recebê-los todos, mas não é possível.

Saúde, alimentação, qualidade de vida, é o que temos procurado dar a todos os nossos idosos de São José, desde o primeiro dia em que o Prefeito Dário Berger assumiu aquela Prefeitura.

A Cidade do Idoso, que estamos lutando para implantar, é o que faltava para que, quando sairmos da administração municipal, saíamos com a consciência tranquila e com a sensação de termos cumprido um pouco com a nossa dívida social em relação à terceira idade.

Coloquei isso sobre o Município de São José porque esta sessão vai, através da televisão, para muitos outros Municípios, para dizer que isso é o mínimo que devemos fazer por essas pessoas que tanto contribuíram com os nossos Municípios, com o nosso Estado e com a nossa Nação.

É um dever de quem está ocupando um cargo, trabalhar em prol de vocês. Nós temos que saber que um dia nós também chegaremos lá. Hoje, estou com 38 anos de idade, sinto-me na flor da idade, mas quero ter o privilégio, se Deus me der muita saúde, de viver um dia com toda essa alegria que as fantásticas vivem, dançando, cantando; como as nossas coordenadoras e voluntárias da AVJAS trabalham, empenhando-se, dedicando-se, como as nossas colegas de Biguaçu.

Enfim, trabalhar com a terceira idade é muito gratificante, é muito bom. Nós precisamos sempre saber que temos um grande compromisso também com a terceira idade. Temos, sim, com os excluídos, com o portador de necessidades especiais, com a criança e o adolescente, mas temos também bastante com a nossa terceira idade.

Se fizermos um pouco, e mais um pouco, chegaremos a uma melhor qualidade de vida a todos.

Parabéns a todos pelo mês do idoso. Vamos aproveitar, assim como existe o Disque-Denúncia para denunciar os maus tratos às crianças e aos adolescentes, os telefones das nossas Prefeituras para denunciar os maus tratos aos nossos idosos. Não vamos permitir, de forma alguma, que os nossos idosos passem necessidades. Vamos denunciar!

Muito obrigada!

Parabéns!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO DJALMA BERGER - Agradecemos a Sra. Rosemary Berger, Secretária de Desenvolvimento Social do Município de São José. Eu conheço o trabalho brilhante que ela vem desempenhando à frente da Cidade da Criança, que hoje é referência no âmbito não só estadual porque está sendo visitado por representantes de outros Estados da Federação. Tenho certeza de que a Cidade do Idoso vai caminhar no mesmo sentido, tornar-se referência no atendimento das necessidades básicas dos nossos idosos, não só de São José, mas que possa atender também os Municípios vizinhos da região da Grande Florianópolis.

Neste momento convido o Sr. Evaldino Leite, nosso companheiro, também josefense, Secretário-Adjunto do Desenvolvimento Social e Meio Ambiente, neste ato representando o Secretário e o Governador Eduardo Pinho Moreira, a quem aproveitamos o ensejo para mandar um agradecimento todo especial.

O SR. EVALDINO LEITE - Excelentíssimo Deputado Djalma Berger;

Ilustríssimo Dr. Hélio Abreu Filho, Presidente do Conselho Estadual do Idoso;

Excelentíssima Sra. Rosemary Berger, esposa do Prefeito Municipal de São José, representando o Prefeito Dário Berger;

Excelentíssimo Sr. Tenente Antônio Cesar Paraguaçu, representando o Comandante da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada;

Ilustríssima Sra. Maria Arruda, Presidente da AVJAS;

Ilustríssima Sra. Adriana Berger, esposa do Sr. Deputado Djalma Berger;

Excelentíssimo Deputado Manoel Mota;

Excelentíssimos Srs. Vereadores e Suplentes; Presidente dos Conselhos Municipais do Idoso; senhoras e senhores.

É uma honra participar desta sessão solene em homenagem ao dia Internacional do Idoso, e representar, nesta oportunidade, o Excelentíssimo Sr. Governador do Estado de Santa Catarina, Dr. Eduardo Pinho Moreira, bem como represento neste ato o Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Social Urbano e Meio Ambiente, Dr. Bráulio Barbosa que por motivo justo não puderam comparecer.

Assim sendo, quero, em nome de ambos, parabenizar aqueles que já participaram das importantes etapas da vida, do ser humano, e que para nossa alegria e de seus familiares ainda continuam conosco prestando relevantes contribuições para a sociedade com o seu trabalho e as suas experiências.

Ainda dentro desse contexto, outro aspecto que gostaria de deixar registrado é o meu reconhecimento à importância dos nossos irmãos e irmãs da terceira idade, com suas participações significativas no conjunto geral da sociedade e, em muitos casos ainda, com a participação ativa no mercado de trabalho.

Situação essa em muitos casos relacionados diretamente não só ao aprofundamento da pobreza, mas, acredito, também em função das importantes transformações que vêm ocorrendo no mundo contemporâneo, alterando valores, normas, atitudes e comportamentos, que modificaram e continuaram modificando também o papel do idoso na sociedade e na estrutura familiar.

Por outro lado, é lamentável também ter de admitir que o retorno do idoso ao mercado de trabalho, em muitos casos (por ele não ter outra opção para continuar ajudando na aquisição da alimentação, de bens e serviços necessários para a adequada e digna sobrevivência sua e dos membros de sua família) venha ocorrendo de forma humilhante, quando é submetido a todo tipo de discriminação, agressão, violência física e psicológica.

O desafio de mudar esse quadro é tarefa de todos nós que estamos comprometidos com a defesa dos direitos mínimos de cidadania, participando, de forma mais efetiva, dos movimentos que defendem e discutem a formação de uma rede de inclusão social mais justa e igualitária.

Assim sendo, diante dessa realidade e ciente de que todos, Estado e sociedade, tem responsabilidade e compromisso com essa tão importante questão, aproveito-me dessa oportunidade para informar a todos que o Governo do Estado de Santa Catarina, no âmbito da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente, em cumprimento ao seu papel constitucional, vem desenvolvendo, em parceria com a sociedade civil organizada, programas, projetos e ações dentro da sua parcela de contribuição para a construção de uma Estado de inclusão social e de defesa dos direitos do idoso.

Finalmente, por tudo de bom que o idoso representa para o conjunto da sociedade e considerando mais do que justa a homenagem que merecidamente é prestada antecipadamente neste dia, quero, em nome do Governo do Estado, nas pessoas do excelentíssimo Sr. Governador em exercício, Dr. Eduardo Pinho Moreira, e também do Sr. Secretário de Estado, Dr. Braúlio Barbosa, parabenizar todos os nossos irmãos e irmãs da terceira idade pela passagem do seu dia, desejando-lhes muita paz, saúde, felicidade e prosperidade.

Encerrando, agradeço a V.Exas. pelo convite e a todos pela atenção.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO DJALMA BERGER - Agradecendo as palavras do nosso querido amigo Evaldino Leite, convidamos a Sra. Vereadora do Município de Palhoça, Maria Salete Werlich Corrêa, para fazer uso da palavra.

A SRA. VEREADORA MARIA SALETE WERLICH CORRÊA - Cumprimentando o digníssimo Autor do requerimento que ensejou esta sessão solene tão linda em homenagem aos nossos idosos, agradecemos à Assembléia Legislativa pelo convite para participarmos deste evento, trazendo alguns representantes da Palhoça.

(Passa a ler)

"Você é idoso ou é velho?"

A pergunta pode parecer estranha, mas há muita diferença entre estas duas situações. Vejam:

Idoso é quem tem privilégio de viver uma longa vida; velho é quem perdeu a jovialidade.

Idoso é quem sonha; velho é quem apenas dorme.

Idoso é quem aprende; velho é quem nem sequer ensina.

Idoso é quem se exercita; velho é quem só pensa em descansar.

Idoso é quem faz planos; velho é quem só tem saudades.

Idoso é quem procura curtir o que lhe resta de vida; velho é quem está esperando a morte chegar.

Idoso é quem ainda acha que vale a pena; velho é quem, sem pensar, acha que não vale a pena.

Idoso é quem ainda sente amor; velho é quem não ama mais, é apenas ciumento e possessivo.

Idoso é quem acha que a vida se renova a cada dia; velho é quem acha que a vida acaba a cada noite.

Idoso é quem acha que hoje é o primeiro dia do resto da sua vida; velho é quem acha que todos os dias parecem o último dia de vida.

Idoso é quem acha que o calendário está repleto de amanhã; velho é quem acha que o calendário só tem ontem.

Idoso é quem leva a vida ativa e com projetos; velho é quem se arrasta sem sentido pela vida.

Idoso é quem tem olhos no horizonte e futuro onde o sol desponta; velho é quem com sua própria miopia só enxerga as sombras do passado.

Idoso é quem tem bonitas rugas da idade, emolduradas por um sorriso, símbolo da experiência; velho é quem acha feias suas rugas e por isso as emolduram com sua amargura.

Idoso é quem tem o rosto iluminado pela esperança; velho é quem tem o rosto apagado pelo desânimo.

Idoso é quem apesar de a idade cronológica, continua jovem em espírito; velho é quem, por causa da idade, está sempre intolerante, triste e rabugento.

A vida é linda e está aí para ser vivida. A idade certamente trará dificuldades, obstáculos maiores. Vencê-los e não se entregar é grande desafio e a oportunidade de mostrar a experiência adquirida com os anos. A morte? Ela é o caminho natural de todos nós. O seu momento a Deus pertence. Por que antecipá-lo?"

Esta é a homenagem dos Grupos da Terceira Idade do Município de Palhoça a todos os idosos aqui presentes do nosso Estado e do Brasil. É assim que devemos ser!

Parabéns a todos! Eu amo os idosos!

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. DEPUTADO DJALMA BERGER - Gostaria de justificar a ausência do Prefeito de São José, Dário Berger, que, em função de um compromisso que tinha fora da nossa região, não pôde estar presente. Mas pediu que a dona Rose, sua esposa, viesse representá-lo.

Como Autor do requerimento que ensejou a presente sessão que marca a passagem do Dia Nacional dos Idosos procederei à entrega de troféus e de placas aos agraciados, como uma singela intenção de demonstrar a importância que este Deputado e o Parlamento catarinense distinguem à terceira idade.

Convido a Sra. Maria Eli Arruda Will Maior Gonzales, Presidente da Associação de Voluntárias Josefenses de Ação Social, representando os grupos de idosos do Município de São José, para receber de Rosemary Berger, Secretária do Desenvolvimento Social de São José, o troféu.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Convido a Sra. Elza Júlia da Silva, Primeira Miss da Terceira Idade de Palhoça, em concurso realizado há cinco anos, representando os grupos de idosos daquele Município, para receber da Vereadora Maria Salete Werlich Corrêa o troféu.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Convido a Sra. Ivone Spricigo da Luz, Coordenadora do Grupo Nova Vida, representando os grupos de idosos do Município de Biguaçu, para receber de Maria Bernadete Godinho, Rainha da Terceira Idade do Município de Biguaçu, o troféu.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Convido a Sra. Isalete Joana Elias, Presidente da Associação Caritativa Espontânea Santoamarense, representando os grupos de idosos do Município de Santo Amaro da Imperatriz, para receber da Sra. Adriana Berger o troféu.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Convido a Sra. Carla Cristina de Oliveira Guimarães, da Ação Social Arquidiocesana, representando os grupos de idosos do Município de Florianópolis, para receber da nossa companheira Lenira Stuart, futura Vereadora do Município de Florianópolis, o troféu.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Convido o Sr. Vicente José Coelho, representando os idosos do Estado de Santa Catarina, para receber da Sra. Rosemary Berger uma placa comemorativa, bem como flores da Sra. Nadir Antunes Lindolfo.

O Sr. Vicente José Coelho é filho de José Vicente Coelho e de Generosa Aurora de Jesus. Nasceu em Santo Amaro da Imperatriz, aos 27 dias do mês de agosto de 1903. É casado com Alvínia Maria de Jesus e reside no Município de São José há 50 anos. Participa ativamente do grupo de idosos da Igreja Santa Isabel. Neste momento ele recebe este prêmio representando todos os idosos do Estado de Santa Catarina. Nossos Parabéns e muito obrigado pela sua presença.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido o Deputado Manoel Mota, representando o Presidente da Assembléia Legislativa, para, em nome deste Poder, proceder à entrega de placa comemorativa ao Sr. Hélio Abreu Filho, Presidente do Conselho Estadual do Idoso.

(Procede-se à entrega da placa.)
(Palmas)

Nada mais apropriado para encerrar as homenagens deste evento do que oportunizar a manifestação de um representante de outro importante segmento da nossa sociedade.

A nossa homenagem se completa com a manifestação de mais um representante da Cidade da Criança, o aluno Deberson de Souza, que interpretará uma poesia.

O JOVEM DEBERSON DE SOUZA - Boa-noite a todos! Para mim é uma satisfação muito grande estar aqui participando desta homenagem que está sendo oferecida aos senhores às senhoras da terceira idade.

(Passa a ler)

"Qual é a melhor parte da vida? Infância, adolescência, mocidade, velhice. Essas são as fases da vida de uma pessoa. Muitas reclamam da velhice como pior fase. Mas vejam o que diz a poesia Idoso ou Velho:

Idoso é quem tem o privilégio de viver uma longa vida...

Velho é quem perdeu a alegria de viver.

Para o idoso a vida se renova a cada dia que começa...

Para o velho a vida se acaba a cada noite que termina.

Para o idoso o dia de hoje é mais uma dádiva na sua vida...

Para o velho todo dia parece o último.

Para o idoso o calendário está repleto de amanhãs...

Para o velho o calendário só tem ontem.

Você é idoso quando ainda sonha...

Você é velho apenas quando dorme.

Você é idoso quando procura aprender...

Você é velho quando já não ensina.

Você é idoso quando se exercita...

Você é velho quando só descansa.

Você é idoso quando espera e planeja...

Você é velho quando só tem saudades.

Você é idoso, viva uma longa vida sem nunca ficar velho."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO DJALMA BERGER - Gostaríamos de fazer um agradecimento todo especial ao Coral da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, que sempre esteve conosco abrilhantando muito bem as sessões solenes que aqui são feitas.

Aos integrantes do coral e o seu maestro o muito obrigado deste Deputado e desta Casa!

O Coral desta Casa também não poderia deixar de prestar a sua homenagem aos idosos, interpretando a música Romária, de Renato Teixeira e arranjo de Geraldo Magela.

(Procede-se à execução da música Romária.)

(Palmas)

Gostaria de registrar a presença, representando o Prefeito Municipal de Itajaí, Sr. Jandir Bellini, da Diretora do Departamento do Idoso, da Secretaria do Desenvolvimento Social, Sra. Lenita, bem como das Coordenadoras dos Grupos de Idosos, Sras. Anita Costa e Ione.

Convidamos o Sr. Hélio Abreu Filho, Presidente do Conselho Estadual dos Idosos, para fazer uso da palavra, em nome de todos os idosos do Estado de Santa Catarina.

O SR. HÉLIO ABREU FILHO - Excelentíssimo Sr. Deputado Djalma Berger, que conduz os trabalhos da nossa solenidade e Autor do requerimento que ensejou a oportunidade deste conagração de todos nós;

Excelentíssimo Sr. Evaldino Leite, digníssimo Secretário-Adjunto do Desenvolvimento Social e Meio Ambiente, representando neste ato o Sr. Governador;

Excelentíssima Sra. Adriana Berger, digníssima esposa do Deputado Djalma Berger; Excelentíssima Sra. Maria Eli Arruda Will Maior Gonzalez, digníssima Presidente da AVJAS;

Excelentíssima Sra. Rosemary Berger, representando neste ato o Prefeito Municipal de São José, Sr. Dário Berger;

Excelentíssimo Tenente Antônio Cesar Paraguacu, representando neste ato o Comandante da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada;

Excelentíssimo Sr. Manoel Mota, digníssimo Deputado Estadual.

Aproveito a oportunidade para me dirigir a uma querida amiga, e creio que também de muitas pessoas aqui, a Sra. Edi Mota, que é Secretária do Conselho Estadual do Idoso.

Vamos ser rápidos no nosso pronunciamento, porque estamos num momento de conagração, num momento de reconhecimento, pois esta sociedade que está aí é a sociedade que os senhores nos legaram, é a sociedade que busca um sentido maior de fraternidade e de solidariedade.

Na realidade, a pessoa que se prepara para uma idade melhor vê, no final da sua caminhada, este objetivo mais concreto de estar amando os seus filhos, amando os seus netos e dispondo-se a um sentido maior de solidariedade, afinado com aquele sentido cristão que Jesus Cristo, o grande filósofo da humanidade, legou-nos.

Infelizmente, o Deputado Onofre Santo Agostini não está mais presente, mas gostaria de lembrar que ele falou do desconforto, do constrangimento, e chegou a pedir desculpas a todos os idosos aqui presentes e a todos os idosos de Santa Catarina se, em algum momento, este Poder não tenha atendido condignamente algum reclamo dos idosos catarinenses.

Mas quero dizer, Deputado Djalma Berger, que os idosos aqui presentes são, sim, muito agradecidos a este Poder, porque em 1999 houve uma caminhada cívica por este Estado na qual cerca de 10 mil idosos de Santa Catarina foram ouvidos em seminários, em simpósios, e puderam manifestar o desejo de que na lei que definisse a política estadual de idosos constasse os seus reclamos, as suas aspirações e os seus indicativos.

E nós temos uma lei, de julho de 2000 - e por isso o nosso agradecimento aos Srs. Deputados -, na qual não foi mudada uma vírgula do texto original dos idosos. Nenhuma vírgula foi trocada por este Poder ou pelo Poder Executivo! Daí o nosso agradecimento!

Dizemos mais: muitos idosos de Santa Catarina, e não só os 10 mil idosos que tínhamos em 1999, colaboraram com a edição do Estatuto do Idoso, que na madrugada de ontem foi aprovado pelo Congresso Nacional. É uma Carta de Cidadania, na qual foram ouvidos Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, enfim, todos os Estados do País.

Essa Carta dispõe sobre direitos fundamentais como saúde, educação e lazer.

Não dispõe só sobre a assistência social, porque a questão do idoso não é aquela do "idoso tadinho". O idoso é um sujeito de direitos e não objeto de uma atenção, de uma política pública.

A Carta dispõe também sobre o direito de cidadania, sobre respeito e sobre a dignidade dele como cidadão. Dispõe sobre a assistência jurídica, porque o idoso não pode e não deve esperar! Os processos se arrastam e ele, no final da vida, não vê o seu direito concretizado pelo Estado.

Por isso, fica aqui, em nome desses idosos, o apelo para que na nossa Lei de Diretrizes Orçamentárias sejam previstos recursos financeiros para programas de assistência social, para programas de lazer, para programas de saúde, cujo foco seja o idoso catarinense para que ele possa ter a segurança de que haja ações concretas a seu favor. E V.Exa. sabe e os próprios idosos sabem, já que nos dizem isto na rua, que política pública se faz com dinheiro e não apenas com desejo e sonhos.

Então, Srs. Deputados, agradeço a todos, em nome dos idosos catarinenses, em nome do Conselho Estadual do Idoso, já na linha de uma cidadania plena, na linha que dignifica a pessoa idosa, que construiu este País, que construiu este Estado, que construiu sua família.

Nós, na condição de representantes desse segmento que tem sua fragilidade (igual a fragilidade da criança), mas que no fundo do seu coração tem um forte desejo de atuar, de participar e de ser, verdadeiramente, um cidadão neste novo contexto estadual e nacional, a partir da aprovação do Estatuto do Idoso, esperamos muito do Poder Legislativo de Santa Catarina.

Fica, assim, o desejo do Conselho Estadual do Idoso e de todos os idosos catarinenses de que V.Exa., Deputado Djalma Berger, através do que vem demonstrando nas suas ações, possa ser um baluarte, um carro-chefe das nossas reivindicações junto a esta Casa.

Muito obrigado.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO DJALMA BERGER - Agradeço ao Dr. Hélio Abreu Filho pelas suas palavras e digo-lhe que suas palavras servem de estímulo e de incentivo para que o Poder Legislativo de Santa Catarina continue o trabalho de valorização do idoso e que, acima de tudo, consiga empreender ações concretas na área da assistência social, da saúde, do esporte etc. em favor da terceira idade.

Fica aqui, então, o compromisso desta Casa - e tenho certeza de que falo em nome do nosso Presidente e dos demais Deputados - de implementar um trabalho incansável deste Parlamento para que os idosos de Santa Catarina tenham uma vida cada vez mais saudável, melhor e mais digna.

Convidamos a todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)

Gostaríamos de agradecer a todos pela presença de todos e de convidá-los para um coquetel que será servido no hall da Assembléia Legislativa, à esquerda do Plenário, onde estará sendo distribuído o Estatuto do Idoso.

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

ATO DA MESA Nº 1419, de 24/09/03 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **SADI DA SILVA SANTOS**, matrícula nº 1982, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 60 (sessenta) dias, a partir de 09/08/2003.

ATO DA MESA Nº 1420, de 24/09/03 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **BENJAMIN LINO DA SILVA FILHO**, matrícula nº 1035, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 90 (noventa) dias, a partir de 13/09/2003.

ATO DA MESA Nº 1421, de 24/09/03 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **ALIJUCI VIEIRA**

MORESCO, matrícula nº 1494, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/ATS-11-I, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 90 (noventa) dias, a partir de 19/09/2003.

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário
Deputado Sérgio Godinho - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 1422, DE 24/09/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso I e parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa,

Art. 1º Os artigos 2º, 3º e 4º do Ato da Mesa nº 1322, de 27 de agosto de 2003, passam a vigorar com a seguinte rredação:

Art. 2º O pagamento da gratificação de que trata este Ato será proporcional ao número de horas-aula, conforme tabela abaixo:

Cursos Livres Instrutores/Professores	Pré-Vestibular	Consultorias/Palestras com Professores com Mestrado	Consultorias/Palestras com Professores com Doutorado
			R\$ 60,00

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

PORTARIAS

PORTARIA Nº 487/2003

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **MARLY COSTA DOS SANTOS**, matrícula nº 1028, na Comissão de Agricultura e Política Rural. Palácio Barriga Verde, em 24/09/2003
JOSÉ BUZZI
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 488/2003

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com o art. 2º, I e II, da Resolução nº 960/02, e alterações previstas no Ato da Mesa nº 1145/03,

TRANSFERIR férias, relativas ao exercício do ano 2003, da servidora **CLAIRE KNAPP**, matrícula nº 1955, do período de 01 a 30/10/2003 para 20/11 a 19/12/2003. Palácio Barriga Verde, em 24/09/2003

JOSÉ BUZZI
Diretor

*** X X X ***

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, RESOLVE:

PORTARIA Nº 489/2003 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **MARCO A. RODRIGUES NORONHA**, matrícula nº 1492, ocupante do cargo de Técnico em Serviços Gráficos, código PL/ATM-9-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 14/09/2003.

PORTARIA Nº 490/2003 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **DENISE DA SILVA**, matrícula nº 2124, ocupante do cargo de Assistente de Saúde, código PL/ATM-8-G, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 16/09/2003.

PORTARIA Nº 491/2003 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **VALÉRIA MARIA BUSS**, matrícula nº 1995, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 07 (sete) dias, a partir de 17/09/2003.

Palácio Barriga Verde, em 24/09/2003
JOSÉ BUZZI
Diretor

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 335/03

Anexa ao Município de Irani as comunidades de São Valentim e parte de Lageado da Anta e a ao Município de Lindóia do Sul a Fazenda São Francisco de Assis.

O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica anexado ao município de Irani as comunidades de São Valentim e parte do Lageado da Anta e ao Município de Lindóia do Sul a Fazenda São Francisco de Assis.

Art. 2º. Com a anexação a que se refere o artigo anterior, ficam alterados os limites entre os Municípios de Irani e Lindóia do Sul, constantes nos anexos VII, IX e X, da Lei n. 11.340, de 08 de janeiro de 2000, ficando assim estabelecidos pelos memoriais descritivos e mapas anexos, partes integrantes desta Lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de setembro de 2003

Deputado João Paulo Kleinübing

Presidente da CCG

ANEXO I: MEMORIAL DESCRITIVO (descrição de limites)

"IRANI

F - Com o município de LINDÓIA DO SUL:

Inicia no rio Jacutinga, na foz do lajeado do Cascalho, sobe por este até a Foz do lageado Barreiro (c.g.a. lat. 27°05'10"S, long. 51°59'44"W) segue pelo divisor de águas entre os lageados do Cascalho e Barreiro até o ponto de cota altimétrica 1.030 m, na nascente de um afluente da margem esquerda do rio Engano (c.g.a. lat. 27°03'12"S, long. 51°59'55"W); desce por este afluente até sua foz no rio Engano (c.g.a. lat. 27°02'16"S, long. 51°59'44"W); desce por este até a foz do lageado Cascata (c.g.a. lat. 27°02'04"S, long. 52°00'25"W); sobe por este até a sua nascente M.D. nº 476 (c.g.a. lat. 27°01'31"S, long. 52°00'17"W); segue por linha seca e reta até a foz de um afluente da margem esquerda da sanga da Barra (c.g.a. lat. 27°01'14"S, long. 52°00'43"W); desce por esta até sua foz no lageado da Anta (c.g.a. lat. 27°01'08"S, long. 52°01'05"W); sobe por este até a foz de um afluente seu da margem direita (c.g.a. lat. 27°00'01"S, long. 52°00'16"W); sobe

por este até o bueiro, na rodovia SC-465, M.D. nº 475 (c.g.a. lat. 26°59'05"S, long. 52°00'23"W); segue por linha seca e reta até o M.D. nº 477 (c.g.a. lat. 26°58'57"S, long. 51°59'42"W), na rodovia SC-465, num afluyente da margem esquerda do rio Joãozinho; desce por este até sua foz no lajeado Joãozinho (c.g.a. lat. 26°57'37"S, long. 52°00'20"W); desce por este até sua foz no rio Irani."

"LINDÓIA DO SUL

B — Com o município de IRANI:

Inicia no rio Irani, na foz do lajeado Joãozinho, sobe por este até foz de um afluyente seu da margem esquerda (c.g.a. lat. 26°57'37"S, long. 52°00'20"W); sobe por este até a rodovia SC-465 M.D. nº 477 (c.g.a. lat. 26°58'57"S, long. 51°59'42"W); segue por linha seca e reta até o bueiro, na rodovia SC-465 sobre um afluyente da margem direita do lajeado da Anta, M.D. nº 475 (c.g.a. lat. 26°59'05"S, long. 52°00'23"W); desce por este até sua foz no lajeado da Anta (c.g.a. lat. 27°00'01"S, long. 52°00'16"W); desce por este até a foz da sanga da Barra (c.g.a. lat. 27°01'08"S, long. 52°01'05"W); sobe por esta até a foz de um afluyente seu da margem esquerda (c.g.a. lat. 27°01'14"S, long. 52°00'43"W); segue por linha seca e reta até a nascente do lajeado Cascata M.D. nº 476 (c.g.a. lat. 27°01'31"S, long. 52°00'17"W); desce por este até sua foz no Rio Engano (c.g.a. lat. 27°02'04"S, long. 52°00'25"W); sobe por este até a foz de um afluyente seu da margem esquerda (c.g.a. lat. 27°02'16"S, long. 51°59'44"W); sobe por este até sua nascente, no ponto de cota altimétrica 1030m (c.g.a. lat. 27°03'12"S, long. 51°59'55"W); segue pelo divisor de águas entre os lajeados Barreiro e Cascalho até a foz do lajeado Barreiro no lajeado do Cascalho (c.g.a. lat. 27°05'10"S, long. 51°59'44"W); desce por este até sua foz no rio Jacutinga."

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 336/03

"Declara de utilidade pública o Grupo Espírita Obreiros da Nova Era, de Lages."

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Grupo Espírita Obreiros da Nova Era, com sede e foro no Município e Comarca de Lages.

Art. 2º À entidade, de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das sessões em, 1º de setembro de 2003.

Deputado Sérgio Godinho

3º Secretário

Lido no Expediente

Sessão de 24/09/03

JUSTIFICATIVA

O Grupo Espírita Obreiros da Nova Era é uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com escritura pública lavrada no Cartório de Registro Civil, Registro de Títulos e de Pessoas Jurídicas, da Comarca de Lages, duração indeterminada, sem fins lucrativos e com sede e foro na cidade de Lages.

Tem por finalidade: I - o estudo, difusão e prática do espiritismo Evangélico Cristão; II - prática da caridade cristã, inclusive através de obras de assistência e promoção humanas.

Anexo ao presente, seguem os documentos preconizados na Lei 10.436, de 01.07.97, necessários para instrução da proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 337/03

"Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Pereira Alves, de Correia Pinto."

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores do bairro Pereira Alves, com sede no Município de Correia Pinto e foro na Comarca de Lages.

Art. 2º À entidade, de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das sessões em, 1º de setembro de 2003.

Deputado Sérgio Godinho

3º Secretário

Lido no Expediente

Sessão de 24/09/03

JUSTIFICATIVA

A Associação dos Moradores do bairro Pereira Alves, é uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com escritura pública lavrada no Cartório do Registro Civil, Documentos e Registro de Pessoa Jurídica da Comarca de Lages, sem fins lucrativos, duração indeterminada e com sede no Município de Correia Pinto.

Tem por finalidade: I - fortalecer a organização econômica, social e política dos moradores do bairro; II - racionalizar as atividades necessárias, desenvolvendo formas de cooperação que ajudem na sua organização e realização; III - garantir os direitos dos associados junto ao poder público, principalmente no atendimento às necessidades de educação, saúde, habitação, transporte e lazer; IV - contribuir para o avanço das lutas populares.

Anexo ao presente, seguem os documentos preconizados na Lei 10.436, de 01.07.97, necessários para instrução da proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 338/03

"Declara de utilidade pública o Cruzada Espírita de Evangelização Educacional, de Lages."

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Cruzada Espírita de Evangelização Educacional, com sede e foro no Município e Comarca de Lages.

Art. 2º À entidade, de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das sessões em, 1º de setembro de 2003.

Deputado Sérgio Godinho

3º Secretário

Lido no Expediente

Sessão de 24/09/03

JUSTIFICATIVA

A Cruzada Espírita de Evangelização Educacional de Lages é uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com escritura pública lavrada no Cartório de Registro Civil e de Títulos e de Documentos, da Comarca de Lages, duração indeterminada e com sede e foro na cidade de Lages.

Tem por finalidade: I - indução a uma vida melhor com o estudo, prática e divulgação da Doutrina Espírita como religião e filosofia e ciência; II - evangelização e educação da criança e do jovem; III - a prática da caridade como dever social; IV - prestação de auxílio a todas as sociedades filantrópicas, quando estas necessitarem.

Anexo ao presente, seguem os documentos preconizados na Lei 10.436, de 01.07.97, necessários para instrução da proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 339/03

"Declara de Utilidade Pública a Associação Intermunicipal de Bombeiro Comunitário de Dionísio Cerqueira, Barracão e Bom Jesus do Sul."

Art. 1º. Fica declarado de Utilidade Pública a Associação Intermunicipal de Bombeiro Comunitário de Dionísio Cerqueira, Barracão e Bom Jesus do Sul, com sede e foro na Cidade de Dionísio Cerqueira - SC.

Art. 2º. À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Salas das Sessões, em 23 de setembro de 2003.

ROMILDO LUIZ TITON

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 24/09/03

JUSTIFICATIVA

A Associação Intermunicipal de Bombeiro Comunitário de Dionísio Cerqueira, Barracão e Bom Jesus do Sul, é uma Associação sem fins lucrativos, localizada a Rua: Dom Pedro I, nº 60 - Bairro Centro - fundada em 10 de agosto de 2000 e tem o objetivo de auxiliar as atividades operacionais de Bombeiro Comunitário, que merece ser reconhecido como utilidade pública.

A sua finalidade principal é manter um corpo de cidadãos, que com especial empenho, estejam prontos para a execução de serviços de combate a incêndio, busca e salvamento, socorros de urgência e prestação de socorros em caso de inundações, desastres e calamidades públicas.

Pela importância das atividades desenvolvidas pela Associação Intermunicipal de Bombeiro Comunitário de Dionísio Cerqueira, Barracão e Bom Jesus do Sul e Princesa, este deve ser reconhecido como de utilidade pública. Deste modo, solicito o apoio dos Senhores Deputados para a aprovação do presente Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 340/03

Que estabelece a gratuidade do transporte intermunicipal de policial em serviço.

Art. 1º - Torna gratuito o transporte de passageiro intermunicipal, de policial em serviço.

Parágrafo único - O policial usufrutuário deste dispositivo, deverá comprovar esta condição.

Art. 2º - Ao chefe do Poder Executivo caberá regulamentar a matéria, nos termos que julgar apropriado, obedecendo ao equilíbrio econômico da concessão, e o interesse público.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em setembro de 2003.

Ana Paula Lima

Deputada Estadual

*Lido no Expediente
Sessão de 24/09/03*

JUSTIFICATIVA

É mais do que evidente a necessidade desta providência, dado que nossos policiais, além de ganharem salários reduzidos, em alguns casos, ainda tem de arcar com o ônus de seu deslocamento para municípios distantes.

Residindo em cidade diversa de sua lotação, ocasionalmente, não podem sujeitar-se a gastos com transporte, vez que terão ainda mais reduzidos seus proventos, prejudicando assim sua família.

Isto ocorre sobremaneira na temporada de verão, quando o deslocamento para estações de turismo, a fim de preservar a segurança dos cidadãos, vem de privá-los de preciosos recursos para o sustento de seus familiares.

Casos há, ainda, em que, havendo o policial formado família, instituído residência em determinado local, vê-se transferido de forma permanente, mas, tendo poucos recursos, não tem como recomeçar a vida.

Sendo funcionário público que presta relevantes serviços à sociedade, não há como deixá-lo ao desamparo.

O Estado precisa provê-lo das condições necessárias, para que possa com certa tranquilidade e dignidade, prestar suas ingentes tarefas.

Daí este projeto apresentar-se como uma medida salutar, amparando-se estes cidadãos, que, na verdade, nos protegem, a todos nós.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 341/03

Que institui o PROJETO ARAUCÁRIA, destinado a estimular o plantio, a preservação e o manejo de "araucárias".

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a instituir o PROJETO ARAUCÁRIA, que terá por objeto o estímulo ao plantio, preservação e manejo de araucárias, árvore da família "araucariaceae", inclusive para futuro aproveitamento industrial.

Art. 2º - O PROJETO ARAUCÁRIA deverá constituir-se na ação permanente de governo, no âmbito da Secretaria de Agricultura e Política Rural, que formulará o planejamento e as ações para a execução deste projeto.

Art. 3º - O Poder Executivo deverá tomar as providências, reunindo órgãos de governo, ambientais, de pesquisa e execução das políticas para o setor agrícola, universidades, organizações não governamentais e municípios interessados, coordenando-os, a fim de implementar esta lei.

Art. 4º - Caberá ao Poder Executivo a regulamentação desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 2003.

Ana Paula Lima

Deputada Estadual

*Lido no Expediente
Sessão de 24/09/03*

JUSTIFICATIVA

A ARAUCÁRIA é vegetal que consistia em símbolo de riqueza em nosso Estado. Assim era reconhecido pela própria evidência de sua expressão, quer no tocante à cobertura vegetal que originalmente se estendia em florestas a perder de vista pelo território catarinense, ou ainda, em face de sua representatividade comercial e industrial, em tempos idos e vividos.

A sanha exploratória, e porque não dizermos predatória do homem, que levou inclusive a episódios como a Guerra do Contestado, com a inesquecível presença da Lber, acabou por quase dizimá-la, restando hoje poucos remanescentes localizados em pontos isolados do planalto catarinense, inclusive o alto Vale do Itajaí, onde se vê na paisagem, resistindo estoicamente, que outro pinheiro isolado.

Aquele tempo, no período de corte desta valiosa madeira, eram os madeireiros obrigados a recolher a taxa para o então IBDF, destinada ao replantio do vegetal, mas a desídia administrativa do Estado, somada a a ganância por lucros sem quaisquer escrúpulos, levou a destruição deste recurso renovável, de tal maneira que agora nos ressentimos de sua falta em nossa economia, pois movia indústrias, e ocupava largo contingente de mão-de-obra.

Houvessem as gerações anteriores se precavido, cprido os ditames legais, e sobretudo pensado em seus filhos, ainda agora esta importante atividade extrativa estaria dando de comer a milhares de famílias, trazendo ademais riqueza ao estado de Santa Catarina, fomentando nossa economia.

Mas prevaleceu a loucura: "o espírito de terra arrasada".

O presente projeto põe o olho nas gerações vindouras.

Temos de pensar no futuro.

E, caso haja a ação conseqüente de governo, ainda, por certo, poderemos restaurar a pequena parte desta riqueza. A madeira da araucária é produto valioso. bom planejamento, juntamente com os órgãos engerados no corpo da lei, e a participação sobretudo de municípios do planalto catarinense, poderá, com o replantio, em apenas cinquenta anos, dar frutos que ajudem pelo menos os pequenos proprietários a construir ou reconstruírem suas casas, e, ainda de sobra, conforme o aproveitamento territorial, servir para comercialização.

Isoladamente, à primeira vista, parece pouco significar, todavia, na extensão do planalto, que ocupa vastas extensões do território catarinense, representará inegavelmente a fonte de extrativismo e lucros, gerando-se incremento à atividade moveleira, e dividendos para o Estado.

O governador Luiz Henrique, que afirma sua intenção de inovar, que pretende mudar práticas administrativas, dar a outra dimensão ao Governo, bem que tem aí a oportunidade de tomar deste projeto, desenvolvê-lo, podendo historicamente tornar seu nome ligado mais estreitamente à nossa economia, preservando o espírito de seu símbolo, e dando importante passo para que no futuro se diga que foi homem de visão.

Da mesma forma este Poder Legislativo, que, ao aprovar este projeto, estará participando de significativo esforço para recompor nossas reservas florestais, assegurando que, em breve futuro, tenhamos a fonte de riqueza inexaurível.

O presente projeto foi inspirado na representação que nos foi enviada pela Câmara Municipal de Brunópolis, o qual revelou-nos que medidas concretas devem ser tomadas para a preservação da espécie, admitindo-se o corte, em certos casos, consoante parâmetros científicos, promovendo-se por outro lado estímulos e iniciativas, que possam objetivar o replantio, com vistas a comercialização futura de tão preciosa madeira.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 342/03

Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do Município De Porto Belo.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Porto Belo.

Art. 2º - À referida entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

EDUARDO CHEREM

Deputado Estadual

*Lido no Expediente
Sessão de 24/09/03*

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de Lei tem por objetivo assegurar à entidade beneficiada todos os direitos previsto em Lei.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no município de Porto Belo, é uma Sociedade Civil, de caráter cultural, assistência e educacional, sem fins lucrativos.

A referida APAE promove medidas em âmbito municipal que asseguram o ajustamento e bem estar dos excepcionais, serve de órgão de articulação com outras entidades no município, que defendam a causa do Excepcional em quaisquer de seus aspectos.

A entidade realiza constantes campanhas junto a comunidade, com objetivo de promover e ou estimular a realização de programas permanentes de prevenção das formas de deficiências, além de buscar através de intercâmbio com outras Associações congênicas informações necessárias para um bom serviço os alunos excepcionais.

Desta forma, esperamos ver a presente proposta acolhida e aprovada pelos Senhores Deputados.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 073/03

Altera dispositivo da Lei n. 11.051, de 1998.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei n. 11.051, de 22 de dezembro de 1998, acrescido de parágrafo único, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A permuta autorizada por esta Lei será efetuada com parte do imóvel matriculado sob n. 15.713 do Livro 02 do Registro Geral do Cartório do Registro de Imóveis - 1ª Circunscrição da Comarca de Joinville, e destina-se à edificação do Centro Desportivo de Concentração e Treinamento do Joinville Esporte Clube - JEC.

Parágrafo único. O imóvel mencionado no *caput* deste artigo, localizado no Município de Joinville, a ser desmembrado de área maior, possui as seguintes medidas e confrontações: frente, ao noroeste, para a avenida Santos Dumont, medindo 144,40m (cento e quarenta e quatro metros e quarenta centímetros); fundos, ao sueste, para uma rua projetada, na extensão de 143,22m (cento e quarenta e três metros e vinte e dois centímetros); na lateral, ao sudoeste, medindo 853,00m (oitocentos e cinquenta e três metros) e na outra lateral, ao nordeste, medindo 868,00m (oitocentos e sessenta e oito metros), perfazendo a área total de 123.065,95m² (cento e vinte e três mil e sessenta e cinco metros e noventa e cinco decímetros quadrados)."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em 24 de setembro de 2003

Deputado João Paulo Kleinübing

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 206/03

Declara de utilidade pública a Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social, de Caçador.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social - ACEIAS -, com sede e foro no Município e Comarca de Caçador.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em 24 de setembro de 2003

Deputado João Paulo Kleinübing

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 218/2003

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Maravilha.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Município de Maravilha, até 31 de dezembro de 2006, o uso gratuito de parte do imóvel matriculado sob o n. 6.773 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Maravilha e cadastrado sob o antigo n. 7266 na Secretaria de Estado da Administração.

§ 1º O prazo da cessão de uso poderá ser prorrogado por acordo escrito entre as partes.

§ 2º A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 2º A presente cessão de uso tem por objetivo permitir que o Município de Maravilha construa uma quadra de esportes coberta, destinada à prática desportiva de escolares e da comunidade em geral.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente cessão, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu patrimônio.

Art. 4º Ocorrendo reversão antecipada ou ao término da cessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam a

integrar o patrimônio do Estado, sem direito de indenização ao cessionário, face à gratuidade da cessão.

Art. 5º Os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à consecução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso, serão de responsabilidade do cessionário.

Art. 6º O cessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão;

II - oferecer o terreno ou suas benfeitorias como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a cessão de uso, o cessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei para definir as demais obrigações e direitos do Estado e do Município.

Art. 9º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo Secretário de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em 24 de setembro de 2003

Deputado João Paulo Kleinübing

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 220/2003

Autoriza a doação de imóvel no Município de Biguaçu.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Biguaçu uma área de terras com dezesseis mil metros quadrados, situada na localidade de São Miguel, parte de uma porção maior do imóvel matriculado sob o n. 610 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu e cadastrado sob o n. 0053 na Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A doação de que trata esta Lei destina-se à construção de uma área de lazer, a ser realizada por conta exclusiva do Município.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de dois anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar ou ceder a terceiros, total ou parcialmente, o imóvel.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As disposições previstas no art. 3º desta Lei deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 7º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a ela relacionados.

Art. 8º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Ficam revogadas a Lei n. 7.989, de 11 de julho de 1990 e demais disposições em contrário.

SALA DAS COMISSÕES, em 24 de setembro de 2003

Deputado João Paulo Kleinübing

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***